



RELATÓRIO ANUAL  
EUROJUST 2011



*Edificio Eurojust Arc*

# ÍNDICE

<b>NOTA SOBRE A DECISÃO EUROJUST .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE ACRÓNIMOS.....</b>	<b>7</b>
<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>8</b>
<b>PERSPETIVA GERAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1 ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>13</b>
1.1 Introdução.....	13
1.2 O tratamento de casos de cooperação judiciária da Eurojust.....	13
1.2.1 Problemas e boas práticas no tratamento de casos da Eurojust.....	13
1.2.2 Reuniões de coordenação .....	15
1.2.3 Centros de coordenação .....	15
1.2.4 Artigos 6.º e 7.º da Decisão Eurojust .....	17
1.2.5 Convenções de Auxílio Judiciário Mútuo .....	19
1.2.6 Questões relacionadas com a obtenção e a admissibilidade da prova .....	19
1.2.7 Prevenção e resolução de conflitos de competência .....	20
1.2.8 Transferência de procedimentos penais.....	21
1.2.9 Intercâmbio de registos criminais .....	22
1.2.10 Mandados de Detenção Europeus.....	23
1.2.11 Decisões de congelamento.....	26
1.2.12 Perda e recuperação de bens .....	27
1.2.13 Entregas controladas .....	28

1.3	Cooperação judiciária em áreas de criminalidade prioritárias.....	30
1.3.1	Terrorismo.....	30
1.3.2	Tráfico de Estupefacientes .....	30
1.3.3	Tráfico de seres humanos .....	31
1.3.4	Fraude .....	32
1.3.5	Corrupção .....	33
1.3.6	Cibercriminalidade .....	34
1.3.7	Branqueamento.....	34
1.3.8	Outras atividades relacionadas com a criminalidade organizada .....	35
1.4	Equipas de Investigação Conjuntas .....	37
1.5	Tratamento de casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros.....	41

## **2 RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA E PARCEIROS.....45**

2.1	Relações institucionais.....	45
2.1.1	Parlamento Europeu .....	45
2.1.2	Conselho da União Europeia.....	45
2.1.3	Comissão Europeia .....	46
2.2	Redes especializadas.....	46
2.2.1	Rede Judiciária Europeia.....	47
2.2.2	Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas .....	47
2.2.3	A Rede Genocídio .....	48
2.2.4	Rede Europeia de Formação Judiciária .....	48
2.2.5	Fórum Consultivo .....	48
2.3	Instituições e órgãos da União Europeia.....	49
2.3.1	Europol .....	49
2.3.2	OLAF .....	51
2.3.3	Frontex .....	52

2.3.4	CEPOL .....	53
2.3.5	Responsáveis de Instituições de Justiça e Assuntos Internos.....	53
2.4	Relações fora da União Europeia .....	53
<b>3</b>	<b>A DECISÃO EUROJUST, FUTURO E ASPETOS RELACIONADOS COM A ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>55</b>
3.1	Implementação da Decisão do Conselho .....	55
3.2	Task Force sobre o Futuro da Eurojust .....	58
3.3	Desenvolvimentos administrativos .....	58
3.4	Acesso público aos documentos da Eurojust .....	60
<b>4</b>	<b>ACOMPANHAMENTO DAS CONCLUSÕES DO CONSELHO .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO</b>	<b>.....</b>	<b>69</b>
Gráfico 1	– Evolução dos casos 2002-2011.....	69
Gráfico 2	– Casos bilaterais/multilaterais.....	70
Gráfico 3	– Casos abertos e concluídos 2003-2011 .....	71
Gráfico 4	– Classificação geral de casos .....	72
Gráfico 5	– Tipos de criminalidade prioritários em casos da Eurojust .....	73
Gráfico 6	– Tipos de criminalidade prioritários e outros tipos de criminalidade no âmbito dos casos da Eurojust .....	74
Gráfico 7	– Casos da Eurojust por países requerentes .....	75
Gráfico 8	– Casos da Eurojust por países requeridos.....	76
Gráfico 9	– Casos tratados em reuniões de coordenação .....	77
Gráfico 10	– Reuniões de coordenação por países requerentes.....	78
Gráfico 11	– Reuniões de coordenação por países requeridos.....	79

## Nota sobre a Decisão Eurojust

*Decisão Eurojust* – A Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, alterada pela Decisão do Conselho 2009/426/JAI, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust, é adiante designada por “Decisão Eurojust”.

Uma versão consolidada da Decisão Eurojust, preparada pelo Secretariado Geral do Conselho, apenas para efeitos de informação, encontra-se disponível na Internet, em [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu).

# Lista de acrónimos

<b>AWF</b> .....	Ficheiros de análise
<b>CEPOL</b> .....	Academia Europeia de Polícia
<b>CMS</b> .....	Sistema de Gestão de Casos
<b>COSI</b> .....	Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna
<b>CP</b> .....	Coordenação Permanente
<b>DEI</b> .....	Decisão Europeia de Investigação
<b>EIC</b> .....	Equipa de Investigação Conjunta
<b>Frontex</b> .....	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
<b>MDE</b> .....	Mandado de Detenção Europeu
<b>MLA</b> .....	Auxílio Judiciário Mútuo
<b>OCTA</b> .....	Relatório de Avaliação de Ameaças da Criminalidade Organizada
<b>OLAF</b> .....	Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude
<b>RJE</b> .....	Rede Judiciária Europeia
<b>SNCE</b> .....	Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust
<b>TE-SAT</b> .....	Relatório sobre a Avaliação do Terrorismo e suas Tendências
<b>TSH</b> .....	Tráfico de seres humanos

# Preâmbulo

Este é o décimo relatório anual da unidade de cooperação judiciária da União Europeia. A atividade principal da Eurojust, que se centra no auxílio ao combate operacional contra as formas graves de criminalidade transnacional conheceu, em 2011, um desenvolvimento significativo. E se, relativamente a 2010, se assistiu a um pequeno acréscimo do número de casos comunicados pelos Estados Membros à Eurojust, a verdade é que as atividades de coordenação da Eurojust sofreram um aumento acentuado.

As reuniões de coordenação juntam peritos da Eurojust com os seus homólogos nos Estados-Membros e nos órgãos da União Europeia. As reuniões visam facilitar uma tomada de decisão eficaz sobre o momento, o local e o modo como as ações policial e judiciária deverão ocorrer na luta contra grupos de criminalidade organizada transnacional. A utilidade destas reuniões operacionais para os profissionais nos Estados-Membros ficou bem patente no acréscimo de 40% do número de casos em 2011. Simultaneamente, este aumento é um forte alerta de que a ameaça da criminalidade transnacional não diminuiu. Pela primeira vez, estas reuniões trataram da coordenação de mais de 200 casos.

O ano de 2011 conheceu igualmente um desenvolvimento significativo das reuniões de coordenação, com a introdução do centro de coordenação. Após a atividade operacional nos Estados-Membros ser definida para uma determinada data numa reunião de coordenação, os peritos da Eurojust ficam disponíveis num centro de coordenação seguro para efeitos de aconselhamento dos Estados Membros que representam e dos colegas da União Europeia. No dia da operação, estes peritos podem prestar assistência relativamente a questões como a admissibilidade de provas por diferentes autoridades e a elaboração de Mandados de Detenção Europeus, bem como outros pedidos de auxílio judiciário. A Eurojust pôs em ação sete centros de coordenação em 2011 relacionados com infrações de tráfico de seres humanos, tráfico de estupefacientes e fraude em larga escala. Esta ação tem sido desenvolvida num quadro de ausência de implementação da Decisão Eurojust revista por parte de muitos dos Estados-Membros.

Outro aspeto importante do trabalho de coordenação desenvolvido pela Eurojust em 2011 prendeu-se com as Equipas de Investigação Conjuntas (EIC). Inicialmente vistas como burocráticas, as EIC são agora aceites como um instrumento útil na luta contra a criminalidade transnacional. Estas equipas proporcionam um ambiente em que os investigadores de diferentes Estados-Membros podem trabalhar em conjunto sem as dificuldades e os atrasos associados a formas tradicionais de auxílio judiciário mútuo. Em 2011, a Eurojust acolheu o Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas e, ao longo do ano, os procuradores, juízes e oficiais de polícia da Eurojust participaram em cerca de 30 equipas.



Verificaram-se, igualmente, progressos na disponibilização de infraestruturas para trabalho de cooperação. Chegou-se a um acordo com os Países Baixos e com as autoridades da União Europeia no sentido de se avançar com a construção de novas instalações para a Eurojust, o que permitirá que todos possam exercer funções num único espaço, em vez dos dois edifícios atuais. A conclusão das obras está prevista para 2015. Outra vantagem das novas instalações será a de situar a Eurojust nas proximidades de uma das suas principais organizações parceiras na União Europeia, a Europol. Tal circunstância conferirá uma expressão concreta à necessidade de uma resposta coordenada aos grupos criminosos que constituem uma ameaça para os cidadãos da União Europeia.

O Relatório Anual 2011 dá continuidade ao enfoque operacional dos relatórios anteriores, pretendendo-se dar conta das atividades da Eurojust no âmbito da luta contra a criminalidade transnacional.



*Aled Williams*

**ALED WILLIAMS**  
Presidente da Eurojust

## Colégio dos Membros Nacionais para a Eurojust



*Sentados, da esquerda para a direita:*

*Elena Dinu, RO; Mariusz Skowroński, PL; Malči Gabrijelčič, SL; Gunars Bundzis, LV; Michèle Coninsx, BE, Vice-Presidente; Aled Williams, UK, Presidente; Raivo Sepp, EE, Vice-Presidente; Ilona Lévai, HU; Lampros Patsavellas, EL; Donatella Frendo Dimech, MT; Juan Antonio García Jabaloy, ES*

*Em pé, da esquerda para a direita:*

*Harri Tiesmaa, FI; Ingrid Maschl-Clausen, AT; Jesper Hjortenber, DK; Francesco Lo Voi, IT; Laima Čekelienė, LT; Ladislav Hamran, SK; Carlos Zeyen, LU; Mariana Lilova, BG; Ola Laurell, SE; Robert Sheehan, IE; João Manuel Da Silva Miguel, PT; Hans-Holger Herrnfeld, DE; Lukáš Stary, CZ; Sylvie Petit-Leclair, FR; Marc van Erve, NL; Katerina Loizou, CY*

## Perspetiva Geral

O número de casos em que os Estados-Membros solicitaram a assistência da Eurojust na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional aumentou ligeiramente em comparação com o ano anterior, de 1421 para 1441.

O papel de coordenação da Eurojust conheceu um desenvolvimento notório:

- O número de casos tratados nas reuniões de coordenação da Eurojust aumentou de 140 para 204, em comparação com o ano anterior;
- 80% das reuniões de coordenação trataram de “casos de criminalidade prioritários da União Europeia” (abaixo descritas);
- Quase 70% das reuniões de coordenação envolveram três ou mais Estados-Membros;
- Sete centros de coordenação permitiram dar apoio em tempo real a operações nos Estados-Membros;
- A Europol participou em 89 reuniões de coordenação da Eurojust.

As oito áreas de criminalidade prioritárias da União Europeia, conforme determinação do Conselho, estiveram refletidas no tratamento de casos da Eurojust (por ordem numérica decrescente): tráfico de estupefacientes, fraude, outras atividades de criminalidade organizada, branqueamento, tráfico de seres humanos, terrorismo, corrupção e cibercriminalidade.

O papel da Eurojust nas Equipas de Investigação Conjuntas (EIC) conheceu um aumento exponencial em 2011:

- 33 novas equipas de investigação conjuntas foram criadas com a assistência da Eurojust;
- Os procuradores, juízes e oficiais de polícia da Eurojust participaram em 29 equipas de investigação conjuntas;
- A Eurojust avaliou e administrou o financiamento da Comissão às equipas de investigação conjuntas que envolveram 16 Estados-Membros.

Em finais de 2011, 10 Estados-Membros tinham, já tomado todas as medidas necessárias para adaptar os seus sistemas

jurídicos internos à Decisão Eurojust revista.

O orçamento da Eurojust para 2011 foi de €31,7 milhões, tendo a Eurojust executado 95.6% do seu orçamento.

Em 2011, 296 pessoas exerciam funções na Eurojust:

- 42 eram procuradores, juízes e oficiais de polícia com prerrogativas equivalentes destacados por Estados-Membros, assistidos por 15 peritos nacionais destacados;
- 210 eram funcionários nos termos do Regulamento da UE sobre Pessoal, assistidos por dois peritos nacionais destacados.

Foi concluído um Acordo com os Países Baixos, enquanto Estado de acolhimento, e com instituições da União Europeia relativamente às novas instalações da Eurojust em 2015, o qual contempla as implicações orçamentais.

Em 2010, os Secretariados das Equipas de Investigação Conjuntas e da Rede Genocídio foram acolhidos nas instalações da Eurojust.



# 1 Atividades operacionais

## 1.1 Introdução

As prioridades da Eurojust para 2011 foram adotadas à luz das avaliações do Conselho sobre as ameaças da criminalidade a cidadãos da União Europeia. Os tipos de “criminalidade prioritária na União Europeia” identificados pelo Conselho da União Europeia como colocando ameaças específicas foram o terrorismo, tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos (TSH), fraude, corrupção, cibercriminalidade, branqueamento e outras atividades de criminalidade organizada. Informações sobre o tratamento de casos da Eurojust nestas áreas, bem como sobre dificuldades, boas práticas identificadas e notas sobre atividade estratégica relacionada estão disponibilizadas abaixo.

Em 2011, a Eurojust respondeu a pedidos de assistência dos Estados-Membros, tendo registado 1441 casos. Dois terços dos pedidos diziam respeito a “criminalidade prioritária na União Europeia”. Os restan-

tes pedidos incluíam formas graves de criminalidade tais como homicídio, violação e roubo. O Anexo I contém estatísticas detalhadas sobre o tratamento de casos e o envolvimento dos Estados-Membros.

Apesar de o número global de pedidos de assistência dirigidos à Eurojust em 2011 ter sido praticamente igual ao de 2010, o número de reuniões efetuadas para coordenar o trabalho das autoridades judiciais e policiais conheceu um acréscimo significativo. O número de casos tratados em reuniões de coordenação aumentou para 204, o que correspondeu a um acréscimo de 44% relativamente ao ano de 2010 (em que foram tratados 141 casos). Cerca de 70% das reuniões de coordenação envolveram três ou mais países e 80% abordaram tipos de criminalidade prioritários.

O envolvimento da Eurojust na criação de Equipas de Investigação Conjuntas também aumentou comparativamente a 2011 (ver ponto 1.4).

## 1.2 O tratamento de casos de cooperação judiciária da Eurojust

A atividade da Eurojust é essencialmente operacional e visa a resolução de dificuldades sentidas em casos de criminalidade grave transnacional. Em alguns casos, os problemas a resolver são de natureza prática ou resultam das particularidades de uma jurisdição nacional. Foram identificados os seguintes obstáculos e boas práticas no tratamento de casos práticos.

### 1.2.1 Problemas e boas práticas no tratamento de casos da Eurojust

Um obstáculo recorrente tem sido a demora na execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo (MLA), por diferentes razões. Por vezes, a caracterização incompleta da matéria de facto e de direito relevante significa que a execução de MLA por uma autoridade tenha de aguardar o

envio de informações e esclarecimentos adicionais. Outras vezes, a demora deve-se a questões que se prendem com a ausência de bases de dados centralizados que permitiriam uma rápida identificação de contas bancárias ou de outros bens; noutras ocasiões, a demora pode resultar do facto de um pedido da autoridade requerente de um Estado-Membro ser indevidamente dirigido a uma autoridade noutro Estado-Membro devido à identificação incorreta do destinatário. Por vezes, os conceitos jurídicos de uma jurisdição não encontram equivalente direto noutra jurisdição, e as dificuldades de tradução, tanto jurídicas como linguísticas, acentuam as dificuldades de execução.

Surgiram, igualmente, questões relacionadas com diferentes definições das infrações penais e, neste aspeto, a Eurojust tem facilitado o diálogo entre os países requerentes e os países requeridos e tem prestado assistência na clarificação da definição das infrações penais utilizada pelas jurisdições envolvidas.

A Eurojust ajudou, frequentemente, a resolver problemas prestando assistência, muitas vezes com prazos muito apertados, na elaboração e transmis-



*Reunião de coordenação com 14 Estados-Membros, Noruega, Croácia, Estados Unidos da América e Europol*

são de cartas rogatórias, na identificação da autoridade nacional apropriada e no aconselhamento sobre requisitos de produção de prova nos países requerentes e nos países requeridos. O seu envolvimento precoce teve como consequência

a identificação de problemas jurídicos e de produção de prova numa altura em que foi possível tomar as medidas adequadas. A importância do diálogo precoce entre a Eurojust e as autoridades judiciais e policiais do Estado-Membro ao



qual esta presta assistência não deve, contudo, ser contextualizada, podendo variar desde a resolução de problemas fundamentalmente práticos e imediatos de um caso particular até às considerações a retirar de lições táticas e estratégicas nos seus seminários sobre tratamento de casos.

Em termos genéricos, a Eurojust facilitou o intercâmbio de informações através da utilização de dois instrumentos específicos: reuniões de coordenação e equipas de investigação conjuntas. Ao reunir profissionais e acolher o intercâmbio de informações sobre casos, a Eurojust tem contribuído para o reforço das relações de trabalho com profissionais nos Estados-Membros e em outros órgãos da União Europeia.

### 1.2.2 Reuniões de coordenação

Conforme já referido, a Eurojust organizou, em 2011, reuniões de coordenação em 204 casos, o que representa um acréscimo significativo relativamente ao ano anterior. Estas reuniões continuaram a ser uma mais-valia para as autoridades nacionais competentes em casos transnacionais, pois facilitam o intercâmbio

de informação atempado e eficiente, providenciam soluções para dificuldades práticas e jurídicas e propiciam um sentimento de confiança entre as autoridades competentes nos diferentes Estados-Membros. Embora não seja o ideal, o recurso à videokonferência nas reuniões de coordenação permitiu, igualmente, o progresso de casos quando não seria possível reunir as partes relevantes devido a restrições de tempo.

As reuniões de coordenação conduziram, frequentemente, à conclusão de acordos operacionais, posteriormente acompanhados pela Eurojust, de modo a garantir a sua aplicação efetiva pelas autoridades nacionais. Particularmente relevantes foram os acordos obtidos em reuniões de coordenação relativamente à criação de equipas de investigação conjunta. Nas reuniões de coordenação participaram não só os representantes de Estados-Membros, mas também e sempre que conveniente, representantes de Estados terceiros e órgãos da União Europeia, tais como a Europol e o OLAF. Os Estados terceiros estiveram representados 45 vezes em reuniões de coordenação, a Europol esteve representada 89 vezes e o OLAF 8 vezes.



*O primeiro centro de coordenação*

### 1.2.3 Centros de coordenação

O ano de 2011 conheceu um desenvolvimento significativo da reunião de coordenação como instrumento de cooperação. A fim de providenciar um apoio operacional melhorado em ações desencadeadas em diferentes Estados-Membros, a Eurojust desenvolveu a utilização de *centros* de coordenação. Os meios técnicos disponibilizados para os centros de coor-



A Eurojust apoiou a Itália e os Países Baixos numa operação de detenção de um dos 100 furtivos mais procurados de Itália. O furtivo pertencia ao clã *Polverino*, um grupo organizado da Camorra, sediado em Nápoles. Crê-se que o clã *Polverino* é responsável pelo tráfico de elevadas quantidades de estupefacientes de Espanha para Itália, bem como por homicídio, extorsão, posse ilegal de armas, branqueamento através do comércio e outras atividades criminosas. As ações tendentes à detenção do alvo foram desencadeadas no início de 2011, após aquele ter conseguido furtar-se à ação de outra operação policial internacional contra o referido clã, durante a qual 40 outros membros do gang foram detidos em Itália e em Espanha.

O alvo foi localizado em Zeewolde. Na reunião de coordenação da Eurojust, as autoridades policiais e judiciais italianas e holandesas trocaram informações e planearam as ações com vista à detenção. Foram discutidos e clarificados pormenores práticos relacionados com a emissão do Mandado de Detenção Europeu e outras diligências de inves-

tigação necessárias, solicitadas por carta rogatória, tendo em vista facilitar a execução sem sobressaltos da operação.

Os *Carabinieri* italianos, juntamente com as Forças Especiais de Polícia holandesas, cercaram a vivenda onde o alvo estava a residir com outra pessoa, sob falsa identidade. Durante a operação, as autoridades policiais apreenderam um passaporte falso, €20 000,00 e fotografias mostrando o furtivo acompanhado do chefe do clã *Polverino*.

A coordenação da Eurojust forneceu a base para o sucesso da operação, a qual representou um passo importante na luta contra este grupo criminoso. Tal luta tinha sido liderada pelo Gabinete Antimáfia de Nápoles desde 2007, com a valiosa colaboração da *Guardia Civil* espanhola e das Forças Policiais Especiais holandesas. As informações trocadas em diversas reuniões de coordenação da Eurojust, subsequentemente analisadas, permitiram identificar a estrutura de comando do grupo criminoso organizado.

denação permitem à Eurojust estabelecer uma ligação segura e em tempo real com os seus procuradores, juízes e oficiais de polícia. À medida que as ações

operacionais são desencadeadas nos Estados-Membros e as apreensões e detenções geram novas linhas de investigação, a Eurojust pode contribuir, de

imediato, para a resolução de questões urgentes como a emissão de Mandados de Detenção Europeus (MDE) ou a observância de requisitos de prova ou jurídicos, mandados de busca ou congelamento de uma conta bancária.

Também as comunicações entre as autoridades judiciais nacionais responsáveis pelas ações operacionais se tornam mais céleres, na medida em que tanto os resultados como os incidentes nos Estados-Membros podem ser imediatamente comunicados ao centro, o que permite a coordenação em tempo real envolvendo todas as autoridades intervenientes.

Em alguns casos, estes centros foram criados num curto espaço de tempo: num dos casos, o centro foi criado em três horas, o que é demonstrativo da capacidade da Eurojust em responder de forma célere às necessidades operacionais das autoridades judiciais nos Estados-Membros.

Em 2011, foram estabelecidos sete centros de coordenação, em que a criminalidade-alvo foi o tráfico de estupefacientes, branqueamento, contrabando de tabaco, fraude e TSH.



#### 1.2.4 Artigos 6.º e 7.º da Decisão Eurojust

Nos termos dos artigos 6.º e 7.º da Decisão Eurojust, as Representações Nacionais, individualmente, e o Colégio, como um todo, podem fazer recomendações sobre o tratamento de casos às autoridades nacionais competentes. Tais recomendações podem constituir instrumentos úteis na melhoria da cooperação judiciária e exemplificar o diálogo constante entre os Membros Nacionais para a Eurojust e as suas autoridades em questões operacionais.

Em 2011, estabeleceu-se o diálogo com as autoridades judiciárias e policiais através de intercâmbios informais e formais. O recurso às disposições do artigo 6.º ocorreu de diferentes formas. Por vezes, surgiu após discussões informais e reuniões com autoridades nacionais ou na sequência da identificação de questões levantadas por reuniões de coordenação, ou, tão somente, de informações fornecidas por uma autoridade requerente no âmbito de uma carta rogatória.

Dada a importância dos contactos informais nos termos dos artigos 6.º e 7.º, o

Uma inspeção aleatória efetuada pelos funcionários alfandegários franceses a um veículo espanhol, em 2011, resultou na descoberta de uma elevada quantidade de notas que apresentavam vestígios importantes de cocaína. As averiguações efetuadas permitiram apurar que o condutor do veículo estava ligado a um grupo criminoso organizado que operava na França, na Bélgica, na Alemanha, em Espanha e nos Países Baixos. Dada a complexidade das investigações, a Eurojust foi contactada, tendo proposto um dia de operações gerido através de um centro de coordenação.

Em junho de 2011, um centro de coordenação foi estabelecido na Eurojust, ligado às autoridades judi-

ciárias de cinco Estados-Membros, que contou com a valiosa assistência do escritório móvel da Europol. Este facto permitiu a transmissão, em tempo real, e a coordenação de informações entre as autoridades encarregues da investigação e as autoridades judiciárias, bem como a análise de dados recentes resultantes das detenções e apreensões que iam sendo feitas. Foram detidos nove suspeitos e efetuadas 10 buscas simultâneas em diferentes Estados-Membros, tendo sido apreendido um volume considerável de provas, bens e produtos destinados ao fabrico de drogas. Foram emitidos mandados de detenção europeus contra nacionais alemães, colombianos, libaneses e turcos suspeitos de serem membros ativos desta vasta e altamente complexa rede.

registro formal de pedidos previsto nas referidas disposições tendia a verificar-se apenas quando registos de decisões eram um requisito processual, em determinados Estados-Membros. No ano de 2011, foram registados 14 pedidos formais nos termos do artigo 6.º da Decisão Eurojust, alguns dos quais se encontram abaixo indicados:

*Pedidos para iniciar uma investigação ou instaurar um procedimento penal por factos precisos – alínea a-i) do n.º 1 do artigo 6.*

Foram emitidos seis pedidos nos termos da alínea a-i) do n.º 1 do artigo 6.º por Representações Nacionais na Eurojust. Num dos casos, a Representação Italiana

solicitou às suas autoridades que ponderassem a possibilidade de assumir uma investigação que tinha sido iniciada com um caso francês de TSH para fins de exploração sexual. Este pedido resultou no desencadeamento de uma investigação multilateral alargada de modo a incluir a República Checa, a Irlanda, a Itália e a Europol.

Em três casos de branqueamento, a Eurojust solicitou às autoridades responsáveis pelo procedimento penal italianas que agissem com base em informações provenientes das autoridades portuguesas e alemãs. Também foram efetuados pedidos no âmbito de casos de auxílio à imigração ilegal relacionados com a criminalidade organizada envolvendo a Alemanha, a Áustria, a Grécia, a Itália e a ex-República Jugoslava da Macedónia (FYROM), e de um caso de contrabando de tabaco. Em todos os casos, as autoridades italianas iniciaram as investigações. Um dos casos é referido em 1.3.7. abaixo.

*Pedido dirigido às autoridades competentes para admitirem que uma delas possa estar em melhor posição para dar início a uma investigação ou instaurar um proce-*

*dimento penal por factos precisos – alínea a-ii) do n.º 1 do artigo 6.º*

Num dos casos, a Representação Nacional na Eurojust solicitou às suas autoridades que dessem início a uma investigação e instaurassem um procedimento penal relativamente a elementos específicos de um caso de fraude. A autoridade nacional competente seguiu a recomendação da Eurojust.

*Pedidos dirigidos às autoridades competentes para estabelecerem a coordenação com as autoridades competentes dos Estados Membros em causa – alínea a-iii) do n.º 1 do artigo 6.º*

Foram emitidos três pedidos formais nos termos do disposto na alínea a-iii) do n.º 1 do artigo 6.º, tendo sido iniciadas investigações nos três casos. Solicitou-

-se às autoridades nacionais italianas que assegurassem a coordenação dos processos que tinham em seu poder com outros Estados-Membros (Bélgica, Bulgária e Alemanha) envolvidos num caso francês de contrabando de tabaco. Foi lançada uma iniciativa similar num caso de fraude tributária e branqueamento que

abrangeu oito autoridades italianas e os Países Baixos. As autoridades holandesas deram o seu acordo a uma ação coordenada, tendo sido efetuadas buscas a várias habitações, com sucesso. Um terceiro pedido conduziu ao início de uma investigação de tráfico de estupefacientes.

*Pedidos para fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções dos Membros Nacionais – alínea a-v) do n.º 1 do artigo 6.º*

A capacidade da Eurojust para receber e transmitir informações de forma rápida e eficaz é essencial para o sucesso das investigações, constituindo o núcleo das suas atribuições. Os processos formalmente registados nos termos do artigo 6.º incluíam três pedidos de intercâmbio de informações. Numa investigação da Letónia relacionada com corrupção, a Representação Espanhola solicitou às autoridades judiciais nacionais que identificassem o procurador nacional relevante para efeitos de intercâmbio de informação e para garantir a coordenação. Outro caso entre a Roménia e a Itália prendia-se com alegações de falsificação de moeda e de meios de pagamento. O terceiro pedido foi dirigido pela Representação

Italiana às autoridades nacionais relativamente a um caso de fraude iniciado pela Áustria.

*Pedidos de tomada de qualquer outra medida que se justificasse tendo em vista a investigação ou o procedimento penal – alínea a-vii) do n.º 1 do artigo 6.º*

Ao abrigo desta alínea, a Eurojust solicitou às autoridades italianas que considerassem uma medida de entrega temporária num caso de contrafação e criminalidade organizada.

### **1.2.5 Convenções de Auxílio Judiciário Mútuo**

A Convenção de 2000 relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo, bem como o Protocolo de 2001 e a Convenção de 1959 relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal e os seus Protocolos (as Convenções MLA) continuam a ser os fundamentos jurídicos da cooperação judiciária no seio da União Europeia. Em termos gerais, a sua aplicação é entendida como positiva, embora continuem a ser apontadas dificuldades. Nem todos os Estados-Membros implementaram a Convenção MLA de 2000, o que pode levantar obs-

táculos à utilização de instrumentos de cooperação judiciária tão importantes como as videoconferências e as Equipas de Investigação conjuntas. A ausência de prazos para a execução de pedidos, bem como a ausência de informação relativamente à evolução da execução dos pedidos constituem obstáculos adicionais à aplicação destas Convenções. A Eurojust tem sido, frequentemente, solicitada a prestar assistência na resolução de tais problemas.

Uma importante prática prévia implementada pela Eurojust é o estabelecimento de contactos informais com os países requerentes e requeridos, a fim de melhorar o pedido antes da sua transmissão formal, o que permite exponenciar de forma significativa a possibilidade de execução imediata.

### **1.2.6 Questões relacionadas com a obtenção e a admissibilidade da prova**

A Eurojust aperfeiçoou a sua capacidade de tratar uma questão recorrente da cooperação judiciária transnacional: regras diferenciadas sobre a admissibilidade e publicidade da prova e informação nas

instituições nacionais, com impacto sobre diferentes áreas do tratamento dos casos. Tal facto tem tido impacto no tratamento de casos em diferentes áreas. Diferentes regras sobre a interceção de telecomunicações e audição de testemunhas, por exemplo, têm levantado novas dificuldades na obtenção, no intercâmbio e na admissão de provas. Dificuldades similares têm ocorrido relativamente ao uso de videoconferências, agentes encobertos e recolha de amostras de ADN.

Os problemas práticos relacionados com a tradução e a transmissão continuam a impedir a cooperação judiciária entre Estados-Membros. Uma reunião de coordenação em que foi decidida a interceção de comunicações telefónicas pode servir de exemplo. Procedeu-se à interceção mas, nos termos da legislação interna de um dos Estados-Membros, tais provas eram classificadas, o que impediu a transmissão das transcrições ao outro Estado-Membro antes do julgamento. A Eurojust interveio para facilitar a disponibilidade de tais provas e a sua subsequente transmissão.

A Eurojust tem procurado resolver estas dificuldades não apenas em casos espe-



A resolução de conflitos de jurisdição e a utilização de equipas de investigação conjuntas foram fatores que conduziram a apreensões de cocaína de valor superior a €400 milhões e a detenções de 30 membros de um grupo dedicado à criminalidade organizada no âmbito de um dos casos de tráfico de estupefacientes mais complexos tratados pela Eurojust.

Um grupo criminoso organizado enviava toneladas de cocaína da América do Sul para a Europa e branqueava o produto através de variados centros bancários. Uma investigação sueca, iniciada em 2008, revelou a dimensão internacional do caso, que afetou Estados-Membros como a França e a Espanha e Estados fora da União Europeia, tais como a Colômbia, os EUA, a Suíça, a Venezuela, Israel e Andorra.

Devido à complexidade do caso, foi requerida a assistência da Eurojust. Após uma reunião de coordenação em Haia, foi criada uma equipa de investigação conjunta apoiada pelo Projeto de Financiamento de Equipas de Investigação Conjuntas. O primeiro sucesso desta equipa foi a apreensão de 1,4 toneladas de cocaína a bordo de uma embarcação de 15 metros com destino à Europa. A Eurojust disponibilizou aconselhamento especializado sobre os aspetos legais da interceção marítima. O enquadramento legal da equipa de investigação conjunta permitiu um intercâmbio de in-

formação imediato, que dispensou os procedimentos demorados do auxílio judiciário mútuo. Tal demonstrou ser um dos fatores-chave para o sucesso operacional do caso (os Países Baixos, Malta, Reino Unido, Estónia, Chipre e Alemanha prestaram, igualmente, auxílio).

A investigação, que se prolongou por três anos, foi apoiada por 13 reuniões de coordenação realizadas nas instalações da Eurojust, muitas delas envolvendo a assistência da Europol. As reuniões permitiram resolver questões práticas da investigação, em particular as que se prenderam com possíveis conflitos de jurisdição. Foi alcançado um acordo sobre onde deveriam ser instaurados os procedimentos penais, tendo a Colômbia posteriormente entregue um cabecilha à Suécia.

Em consequência da operação, mais de 30 membros do grupo criminoso organizado foram detidos em diferentes partes do mundo. Devido à intervenção das autoridades espanholas e suecas, foram congeladas contas bancárias no âmbito das investigações sobre branqueamento, tendo sido apreendidos cerca de €6 milhões em diferentes países relacionados com reinvestimentos em imobiliário, uma discoteca e outros negócios, veículos de luxo e embarcações. Ao que tudo indica, a rede terá investido e gasto, pelo menos, €12 milhões. O montante total de cocaína apreendida tinha um valor de, pelo menos, €450 milhões.

cíficos, mas procurando contribuir para o debate da reforma do sistema de obtenção transnacional de provas, como é o caso da apresentação de uma proposta de Decisão Europeia de Investigação

(DEI). A opinião da Eurojust sobre esta proposta de instrumento foi publicada sob a forma de documento do Conselho a 4 de março de 2011(6814/11). Mais pormenores encontram-se no ponto 2.1.

### **1.2.7 Prevenção e resolução de conflitos de competência**

A Eurojust tem feito uso formal dos seus poderes para prevenir e resolver conflitos

de jurisdição num reduzido número de casos. Agindo colegialmente, a Eurojust efetuou três recomendações a autoridades dos Estados-Membros relativamente a conflitos de jurisdição desde 2002, tendo sido todas aceites. Contudo, situações em que dois ou mais Estados-Membros, nos termos dos respetivos direitos internos, têm jurisdição sobre um caso são mais comuns. A Eurojust tem intervindo, frequentemente, para auxiliar na resolução de problemas sem o registo de um pedido formal dirigido ao Estado-Membro interessado.

As reuniões de coordenação provaram, igualmente, ser um instrumento prático e útil ao permitirem a discussão e o acordo precoces entre as autoridades competentes envolvidas em investigações paralelas. De forma similar, os conflitos de jurisdição foram abordados e evitados na sequência de acordos alcançados no âmbito de equipas de investigação conjuntas. Complementarmente, o papel da Eurojust na prevenção de conflitos de jurisdição assume, frequentemente, a forma de promoção da troca de pontos de vista, de modo informal e na fase inicial do procedimento. Este papel é reforçado pela utilização das orientações constantes

Um caso de tráfico de seres humanos, ocorrido em 2011, ilustra a forma como os potenciais conflitos de jurisdição podem ser ultrapassados com a assistência da Eurojust. O caso relacionava-se com tráfico de mulheres ciganas da República Checa para o Reino Unido, onde eram forçadas a entrar no mundo da prostituição. A fim de assegurar a coordenação das investigações, foi criada uma equipa de investigação conjunta. Nas reuniões efetuadas na Eurojust, foram colocadas questões sobre a obtenção de prova e a autoridade que estaria em melhor posição para conduzir o caso, considerando que ambos os países tinham fundamentos para instaurar o procedimento penal. A Eurojust facilitou uma discussão aprofundada sob os regimes e os princípios jurídicos relativos à admissibilidade da prova aplicáveis ao caso, o que permitiu chegar à conclusão que um dos parceiros deveria assumir o controlo inicial do caso. A assistência prestada pela Eurojust no sentido de garantir uma decisão rápida sobre a questão do conflito de jurisdição permitiu focar os recursos em ações operacionais imediatas. Resolvido um potencial conflito de jurisdição, foi criada uma equipa de investigação conjunta e, num prazo de três meses, foram detidos 11 cabecilhas do grupo.

de *"Como decidir em que jurisdição deve ser exercida a ação penal?"* da Eurojust, publicadas no Relatório Anual de 2003. As orientações fornecem uma introdução útil à forma como os fatores envolvidos numa decisão devem ser abordados, sendo frequentemente aplicadas pelas autoridades nacionais competentes.

O tratamento de casos da Eurojust tem demonstrado que o intercâmbio precoce de informação relativo a investigações inter-relacionadas é útil na prevenção de conflitos de jurisdição.

### 1.2.8 Transferência de procedimentos penais

Os Estados-Membros utilizam diferentes fundamentos jurídicos para transferir o processo penal, o que pode originar dificuldades de natureza jurídica. Os instrumentos mais vulgarmente utilizados para a transferência de procedimentos penais são a Convenção Europeia relativa à Transferência de Procedimentos Penais, de 1972, a Convenção MLA de 1959 (artigo 21.º) e o n.º 1 do artigo 6.º (última frase) da Convenção MLA de 2000. Alguns

As autoridades finlandesas conduziram uma investigação de tráfico de estupefacientes, em que os alvos eram nacionais finlandeses localizados em Espanha. Quando uma cidadã finlandesa, conhecida dos alegados traficantes, desapareceu, as autoridades espanholas foram solicitadas a efetuar diligências que requeriam a obtenção de autorização judicial através de um pedido de auxílio judiciário mútuo. A cidadã em causa tinha sido morta em Espanha por ter alertado as autoridades espanholas sobre as atividades de tráfico do grupo que tinha tentado recrutá-la. Os alegados autores da sua morte encontravam-se na Finlândia. Foi solicitada a ajuda da Eurojust para resolver o potencial conflito entre Espanha e Finlândia sobre quem deveria instaurar o procedimento penal. A reunião de coordenação decorreu nas instalações da Eurojust, tendo aí sido acordado, após devida consideração jurídica, que a Espanha transferiria todas as provas resultantes de pedidos de MLA anteriores para a Finlândia. As autoridades espanholas acordaram, igualmente, em transferir ambos os procedimentos penais relativos às investigações de homicídio e tráfico de estupefacientes para a Finlândia, atendendo a que diversos requisitos jurídicos tinham sido preenchidos. A assistência da Eurojust permitiu garantir que os autores do homicídio seriam objeto de procedimento penal num dos países em consequências das investigações de homicídio e tráfico de estupefacientes.

Estados-Membros aplicaram, igualmente, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional de 2000 (artigo 21.º).

A Eurojust facilitou contactos informais entre Estados-Membros e, enquanto parte do processo, as Representações Nacionais verificaram a possível transferência antes da formulação do pedido oficial. Contudo, a transferência de processos pode ser difícil por diferentes razões. Entre outros fatores, há a considerar

que a prova obtida tem de ser considerada admissível pelo Tribunal do Estado-Membro requerido, embora seja muitas vezes obtida de forma pouco familiar e sujeita a regras processuais diferentes; deve ser estabelecido um claro interesse do Estado-Membro requerido em aceitar a transferência do procedimento penal; embora de natureza extrajurídica, deve ser abordada a questão dos recursos envolvidos, designadamente a necessidade de ser efetuada uma tradução de todo o processo a transferir.

### 1.2.9 Intercâmbio de registos criminais

Apesar dos registos criminais serem, habitualmente, trocados diretamente entre os Estados-Membros, a intervenção da Eurojust tem sido solicitada no sentido de facilitar este tipo de intercâmbio em casos urgentes. Num dos casos, a informação foi solicitada por um tribunal nacional, por forma a permitir uma condenação adequada de um delinquente sexual que tinha outras condenações noutra Estado-Membro por infrações penais similares. Os registos disponíveis através dos canais habituais continham informações incompletas e imprecisões relativamente à classificação das infrações. Através de contacto direto com as autoridades judiciais, a Eurojust teve a possibilidade de prestar a informação necessária ao tribunal de condenação em apenas algumas horas. Contudo, os atrasos podem ainda acontecer, quando um Estado-Membro não dispõe de uma base de dados centralizada sobre registos criminais, em casos em que os registos criminais estão na posse de diferentes autoridades nacionais (p. ex. autoridades policiais e judiciais).

A Decisão-Quadro 2009/315/JAI, de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre Estados-Membros e a Decisão 20/316/JAI do Conselho relativa à criação do Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais (ECRIS), ainda não foram implementadas em todos os Estados-Membros. Neste

contexto, foram identificadas dificuldades sempre que a mesma conduta se encontra caracterizada em diferentes tipos de crimes nos Estados-Membros. O intercâmbio de informação pode, igualmente, ser limitado em caso de referência a disposições legais internas sem a clara especificação dos elementos constitutivos da infração penal.

As autoridades italianas iniciaram uma investigação sobre um grupo criminoso organizado que se dedicava ao contrabando de tabaco, à contrafação de documentos, e à prestação de apoio jurídico aos seus membros detidos. Num momento crítico das investigações, tornou-se necessária uma operação a nível europeu envolvendo a execução coordenada de mandados de detenção europeus e buscas acompanhadas por oficiais de polícia italianos, por forma a garantir a admissibilidade da prova assim obtida em futuros processos judiciais. Cerca de 40 horas antes da operação ser desencadeada, foi solicitada a intervenção da Eurojust na coordenação das ações em outros cinco Estados-Membros (Áustria, Alemanha, Grécia, Espanha e Eslovénia).

Era essencial agir rapidamente, de forma a sincronizar as detenções, preservar a prova e garantir, desse modo, que o tribunal de julgamento disporia de uma perspetiva ampla das atividades do grupo criminoso organizado. Numa notável e bem-sucedida intervenção, a Eurojust conseguiu, num espaço de 20 horas, reunir as autoridades dos Estados Membros envolvidos, o que permitiu: autorizar e emitir mandados de detenção europeus e cartas rogatórias; e garantir o contacto constante entre as autoridades dos Estados-Membros durante toda a operação; garantir a autorização da presença de oficiais de polícia italianos nos diferentes locais sujeitos a buscas.

### 1.2.10 Mandados de Detenção Europeus

Em 2011, a Eurojust registou 263 casos relacionados com o MDE, perfazendo cerca de 18% da totalidade dos casos iniciados neste ano. O pedido de intervenção que mais frequentemente foi dirigido à Eurojust referia-se à facilitação da execução de mandados de detenção europeus. A Representação Polaca na Eurojust dirigiu a maioria dos pedidos, seguida da Representação Francesa. A Representação Espanhola recebeu a maioria dos pedidos, seguida das Representações Britânica e Italiana.

O Colégio tratou, igualmente, de outras três questões gerais relacionadas com a execução dos mandados de detenção europeus: a primeira prendeu-se com a obtenção de informação sobre a forma como os Estados Membros lidam, na prática, com a devolução, ao Estado-Membro de execução, dos seus nacionais ou residentes (em conformidade com o n.º 3 do artigo 5.º da Decisão-Quadro 2002/584/JAI relativa ao mandado de detenção europeu (Decisão-Quadro relativa ao MDE)). A segunda questão visava saber se um mandado de detenção europeu deveria ser





*Mandado de Detenção Europeu*

classificado como tendo sido emitido para efeitos de procedimento penal ou de julgamento, existindo a possibilidade de novo julgamento após a entrega. A terceira questão prendeu-se com a implementação e a aplicação prática da Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho que altera a Decisão-Quadro relativa ao Mandado de Detenção Europeu, e as suas disposições sobre os direitos processuais após condenação na ausência do arguido.

*Casos relacionados com pedidos múltiplos de emissão de mandados de detenção europeus (n.º 2 do artigo 16.º da Decisão-Quadro relativa ao MDE)*

Nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Decisão-Quadro relativa ao MDE, a autoridade judiciária de execução poderá solicitar o parecer da Eurojust sobre a quem deve ser entregue uma pessoa contra a qual dois ou mais Estados-Membros tenham emitido um mandado de detenção europeu.

Em 2011, foi solicitado o parecer da Eurojust em quatro casos previstos no n.º 2 do artigo 16.º. Em todos eles, a Eurojust ajudou a garantir um consenso entre as autoridades dos Estados-Membros relativamente à execução dos mandados de detenção europeus. Num dos casos, a Eurojust emitiu um parecer fundamentado num prazo de 24 horas, o qual foi seguido pelas autoridades nacionais competentes, tendo o suspeito sido apresentado a tribunal apenas alguns dias depois.

A Eurojust prestou, frequentemente, assistência numa fase inicial (e em reuniões de coordenação) na avaliação de possíveis MDE concorrentes, tendo, desse

modo, contribuído para a não emissão de pedidos múltiplos de entrega da mesma pessoa.

Em junho de 2011, o Colégio adotou Diretrizes relativas aos procedimentos internos sobre a emissão de parecer pela Eurojust em caso de mandados de detenção europeus concorrentes para aplicação em casos em que a Eurojust é solicitada a emitir um parecer em conformidade com o n.º 2 do artigo 16.º.

*Casos relativos ao incumprimento de prazos de execução (n.º 7 do artigo 17.º da Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu)*

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º da Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu, sempre que um Estado-Membro não possa cumprir os prazos previstos no artigo 17.º deverá informar a Eurojust de tal facto, indicando as razões do atraso.

Em 2011, a Eurojust registou 116 incumprimentos dos prazos. A Irlanda efetuou o maior número de comunicações, registadas nos termos do n.º 7 do artigo 17.º. A Espanha, a República Checa, a



Suécia, a República Eslovaca, a Bulgária e a Estónia também enviaram comunicações à Eurojust. Conforme já mencionado em Relatórios anteriores, a resposta de apenas sete Estados-Membros não significa que todos os outros tenham respeitado os prazos estabelecidos. As estatísticas europeias indicam que o número de incumprimentos é superior ao registado pela Eurojust.

Os pedidos de informação adicional (necessários para executar um mandado de detenção europeu) foram a razão mais apontada para o incumprimento. A necessidade de tradução de documentos relevantes, o volume de pedidos dirigidos a Estados-Membros específicos e os recursos limitados nos Estados de execução foram, igualmente, causas de incumprimento.

#### *Questões identificadas na aplicação prática do MDE*

Em casos urgentes (o que acontece com frequência, dado que as pessoas objeto de mandados de detenção europeus se encontram frequentemente privadas da liberdade), a Eurojust continuou a desempenhar um papel fundamental na facilita-

ção do intercâmbio de informação entre autoridades nacionais, na clarificação dos requisitos das autoridades judiciais de execução e, de um modo geral, na facilitação da execução rápida de mandados de detenção europeus. Os profissionais estão cada vez mais familiarizados com a aplicação deste instrumento, sendo alguns dos problemas descritos como de natureza prática (ausência de tradução ou tradução incompleta, ausência de informação, etc) e não de natureza jurídica. Contudo, foram referidas dificuldades jurídicas como a aplicação das regras da especialidade e da proporcionalidade e diferentes definições das mesmas infrações penais. A título exemplificativo, nem todos os Estados-Membros definem a fraude em matéria de IVA como uma infração penal lesiva dos interesses da União Europeia. Esta diferença pode originar atrasos tendo em conta que em alguns Estados-Membros torna-se necessário estabelecer a verificação da dupla incriminação, enquanto que noutros essa verificação é desnecessária por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 2.º da Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu.

Como exemplos das dificuldades práticas e jurídicas, a Eurojust identificou as se-

guintes questões no tratamento dos seus casos:

- Informação inadequada relativamente à descrição dos factos ou das infrações penais constantes do mandado de detenção europeu.
- Falta de informação sobre a pena com base na qual o mandado de detenção europeu foi emitido.
- Falta de informação precisa sobre o período de tempo que a pessoa procurada pode ter estado detida no Estado de execução, antes da entrega, e consequente incerteza quanto ao remanescente da pena a cumprir no Estado de emissão.
- Condenações na ausência e as diferentes abordagens ao direito a novo julgamento; a implementação, por alguns Estados-Membros, da Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, que altera a Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu, poderia ser a solução para estas questões.
- Ausência de notificação atempada da retirada de um mandado de detenção

No caso *Istaneck c/ District Court of Přerov*, um tribunal do Reino Unido tinha de decidir se um mandado de detenção europeu deveria ser classificado como tendo sido emitido para efeitos de procedimento penal ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade, face ao direito a novo julgamento após entrega (o caso envolvia uma condenação na ausência do arguido). As autoridades nacionais tinham entendimentos diversos sobre este ponto, tendo a decisão a tomar consequências processuais importantes (incluindo a possível anulação do mandado). Face aos entendimentos divergentes no seu direito interno, o tribunal do Reino Unido solicitou o parecer da Eurojust sobre o direito e a prá-

tica noutros Estados-Membros. Decorridas apenas algumas horas, a Eurojust prestou informação sobre a forma como os tribunais nacionais de outros Estados-Membros procederiam na situação em causa. A Representação Checa prestou, igualmente, informação sobre as circunstâncias em que, à luz do seu direito interno, uma pessoa julgada na sua ausência poderia solicitar um novo julgamento e se a decisão do tribunal checo poderia ser considerada definitiva. A assistência prestada pela Eurojust permitiu a disponibilidade imediata e efetiva de elementos relativos à prática geral de outros tribunais da União Europeia e à prática específica num Estado-Membro, para apreciação por um tribunal nacional.

europeu, em particular quando a pessoa procurada tiver sido detida.

- Casos em que nenhuma razão foi indicada para a não execução de um mandado de detenção europeu, mesmo após a libertação da pessoa requerida.
- Prejuízos financeiros e outros para o Estado de execução, nos casos em que a pessoa, cuja entrega foi ordenada, tenha sido libertada sob caução, mas não tenha comparecido conforme determi-

nado; ou nos casos de detenção em que a pessoa errada foi entregue ao Estado de execução.

- Recusa de entrega temporária, o que pode causar sérios obstáculos à evolução da investigação no Estado de emissão.
- Uso de diferentes canais para transmitir o mandado de detenção europeu, sem comunicação de que está a ser transmitido através de um canal particular.

- Atrasos na receção do consentimento em proceder penalmente por outras infrações penais (recentemente identificadas) (regra da especialidade, artigo 27.º da Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu).

A Eurojust utilizou, com frequência, as suas relações institucionais com os gabinetes de Informações Suplementares Pedidas na Entrada Nacional (SIRENE). A principal função destes gabinetes, criados em todos os Estados Schengen, é o intercâmbio de informações suplementares sobre alertas entre os Estados-Membros. As unidades SIRENE desempenham um importante papel na execução prática dos mandados de detenção europeus.

#### 1.2.11 Decisões de congelamento

Existem poucos exemplos do uso da Decisão-Quadro 2003/577/JAI relativa à execução na União Europeia de decisões de congelamento de bens ou de provas no tratamento de casos da Eurojust. Embora muitos Estados-Membros tenham já transposto estas disposições para a sua legislação, as autoridades judiciais continuam a recorrer a formas tradicionais de auxílio judiciário em ma-

téria penal para apresentação de pedidos de congelamento.

Esta situação pode ocorrer pelo facto de a decisão de congelamento nos termos desta Decisão-Quadro ser entendida como complicada e por o formulário previsto na Decisão-Quadro não ser de fácil utilização. Muitos profissionais consideram, igualmente, que a decisão de congelamento tem um âmbito de aplicação limitado, entendendo, por isso, que a efetivação de todos os pedidos relacionados com um processo penal, tais como pedidos de buscas, interceções de comunicações e apreensões, através de carta rogatória nos termos das Convenções de Auxílio Judiciário de 1959 e 2000 é mais fácil e rápido. Um problema de resolução mais complexa prende-se com a emissão de uma decisão de congelamento nos casos em que uma busca possa revelar a existência de provas de que as autoridades emissoras não tinham tido conhecimento.

De acordo com a experiência no tratamento de casos da Eurojust, os operadores recorrem, mais facilmente, a uma decisão de congelamento se o Estado de execução reagir de imediato após a receção de tal decisão. É neste contexto que

O beneficiário efetivo de uma grande holding espanhola com interesses em diferentes áreas de negócios (empresas de combustíveis, gás, agricultura, imobiliário e alimentação, entre outras) foi investigado, juntamente com outros oito, na Espanha e na Bélgica por fraude fiscal, branqueamento e participação numa organização criminosa. Advogados de uma conhecida firma de advogados foram acusados de terem criado uma rede de empresas e montado uma teia de transações financeiras no Panamá, nas Antilhas Holandesas, nos Países Baixos e na

Suíça, de forma a ocultar a titularidade dos bens. Suspeitava-se de evasão fiscal relativamente a um montante estimado em €2 mil milhões, pertencente ao principal suspeito. A Eurojust efetuou duas reuniões de coordenação com as autoridades nacionais de Espanha, Bélgica e Reino Unido, tendo sido possível alcançar um acordo quanto à estratégia da ação penal e posteriores ações legais a seguir neste complexo caso. Até à presente data, já foram apreendidos bens no valor de €112 milhões na Bélgica, e de €10 milhões no Reino Unido.

a Eurojust presta um serviço útil ao aconselhar as autoridades nacionais sobre as práticas dos diferentes Estados-Membros quanto à prioridade atribuída à execução de decisões de congelamento. De acordo com informações disponíveis, a informação sobre contas bancárias ligadas a suspeitos pode ser mais rapidamente obtida se os países dispuserem de registos bancários centrais, permitindo, deste modo, uma execução mais célere dos pedidos de congelamento.

#### **1.2.12 Perda e recuperação de bens**

Um Estado-Membro pode ser confrontado com atrasos e outros obstáculos ao pretender recuperar bens localizados noutro Estado-Membro. A cooperação pode ser dificultada devido a diferentes regimes substantivos e processuais sobre declaração de perda aplicáveis nos Estados-Membros. Alguns Estados-Membros permitem a declaração de perda de bens de origem criminosa mesmo não havendo



*Tráfico de Estupefacientes – entrega controlada*

condenação em processo penal, o que não se verifica na maioria dos Estados. Esta situação tem consequências óbvias na execução transnacional de tais decisões sempre que um Estado-Membro que prevê a declaração de perda de bens na ausência de sentença criminal solicita a sua execução noutro Estado-Membro que não prevê tal medida.

Ao nível das questões práticas, as dificuldades surgem devido à ausência, em

alguns Estados-Membros, de um registo predial centralizado que permitiria uma verificação mais fácil e rápida dos bens de que os suspeitos são titulares, bem como das dificuldades de alcançar um acordo sobre partilha de bens.

Em 2011, a Eurojust continuou a prestar assistência às autoridades nacionais tanto nos seus esforços para declarar perdidos e repatriar os produtos do crime, como na resolução de algumas das dificuldades acima referidas. Ao longo deste ano, foi declarada perdida uma considerável quantidade de bens (nomeadamente imóveis e bens de luxo) e de dinheiro no âmbito dos casos registados pela Eurojust.

### **1.2.13 Entregas controladas**

Em 2011, a Eurojust continuou a prestar assistência aos Estados-Membros no que se refere à execução de entregas controladas transnacionais. Em conformidade com as alíneas c) e d) do artigo 9.º-C da Decisão Eurojust, os Membros Nacionais, na sua qualidade de autoridades nacionais competentes dos respetivos Estados-Membros, podem exercer as competências de autorização e coordenação das entregas controladas.

Enquanto técnica investigatória, as entregas controladas são particularmente eficientes em casos de tráfico de estupefacientes, na medida em que permitem que não apenas os correios, mas também os líderes de grupos criminosos organizados sejam julgados. Continuam a persistir significativas diferenças entre a legislação e a prática dos Estados-Membros no tocante às entregas controladas, o que poderá criar problemas de cooperação internacional, a nível judiciário e policial.

A ação rápida é fundamental nas entregas controladas, na medida em que qualquer demora poderá comprometer a eficácia das operações. Também a identificação das autoridades responsáveis pela aprovação do recurso às entregas controladas pode suscitar dificuldades práticas, na medida em que alguns Estados-Membros submetem as entregas controladas a autorização judicial, enquanto que noutros Estados-Membros é à polícia que compete tal autorização. A identificação das autoridades competentes de um Estado-Membro pode, portanto, ser problemática. No seminário da Eurojust sobre tráfico de estupefacientes, realizado em outubro de 2011, foram apresentadas propostas

com vista à designação de pontos de contacto centrais em cada Estado-Membro (possivelmente a nível judiciário) competentes para autorizar entregas controladas, numa tentativa de solucionar este problema.

A Eurojust tem prestado assistência na resolução destes problemas, de forma geral, e, em particular, de questões envolvendo a admissibilidade da prova. A adequada autorização da entrega pode afetar diretamente a admissibilidade, do mesmo modo que a proporcionalidade de meios de vigilância intrusivos e questões similares. O problema da substituição das drogas antes da execução de uma entrega controlada é igualmente uma realidade. A legislação de alguns Estados-Membros permite tal substituição, enquanto que outros não a preveem. As entregas controladas envolvendo Estados terceiros são particularmente difíceis de organizar, e a Eurojust tem prestado assistência aos profissionais dada a sua experiência de operações transnacionais fora da União Europeia.

Em 2011, a Eurojust prestou assistência regular na clarificação dos requisitos jurídicos das entregas controladas em

Vários Estados-Membros da Europa Central investigavam um grupo criminoso organizado que fornecia anidrido acético a outros grupos criminosos na Turquia. O anidrido acético é o precursor principal na produção de heroína (uma tonelada de anidrido acético pode permitir a produção de 400 a 600 kg de heroína). A investigação permitiu determinar que estavam em causa mais de 30 toneladas deste precursor. A heroína produzida foi distribuída para venda na União Europeia. Tentativas anteriores no sentido de organizar uma entrega controlada do precursor na Turquia tinham falhado.

Quando as autoridades eslovacas receberam informações sobre um plano de carregamento de 10 toneladas de anidrido acético para a Turquia e de uma entrega, em retorno, de 300 kg de heroína via Itália, Bulgária, Roménia, Hungria, República Eslovaca e Áustria, contactaram a Eurojust com vista à preparação de uma entrega controlada transnacional sob

supervisão judiciária. A Eurojust envolveu a Europol para efeitos de análise de informações cruzadas, o que permitiu estabelecer ligações com investigações a decorrer noutros países. Em novembro de 2011, todos os países interessados (incluindo a Turquia) participaram numa reunião de coordenação na Eurojust, a fim de estabelecerem um plano de ação. A entrega controlada de anidrido acético através dos Países-Membros prosseguiu conforme acordado mas, ao chegar à Turquia, o carregamento foi apreendido e o motorista do pesado, que estava inocente, foi detido em violação do acordado na reunião de coordenação. A Eurojust desempenhou um papel crucial e ativo na libertação do condutor do pesado. Apesar de não ter sido possível dar continuidade à operação na Turquia, foram detidos oito cabecilhas no território da União Europeia e apreendido um total de 32 toneladas de anidrido acético, bem como drogas, armas ilegais e documentação falsa.

Estados-Membros específicos. Num dos casos, a entrega controlada não podia ser executada, dado o pedido não conter as informações exigidas pelo direito interno do país requerido. Os casos comunicados à Eurojust poderão ser úteis

para os Estados-Membros ao permitirem que as cartas rogatórias visando entregas controladas sejam elaboradas com observância dos requisitos jurídicos específicos dos Estados-Membros cujo território seja afetado pela entrega.

## 1.3 Cooperação judiciária em áreas de criminalidade prioritárias

### 1.3.1 Terrorismo

Em 2011, a Eurojust registou 27 casos relacionados com o terrorismo, incluindo casos de financiamento do terrorismo. A luta contra o terrorismo foi, de novo, tratada como prioritária no trabalho operacional. O número de casos relacionados com terrorismo, em 2011, foi similar ao de 2010 (28). Foi efetuada uma reunião de coordenação sobre um caso relacionado com terrorismo, na qual participou a Europol. Foi criada uma equipa de investigação conjunta para dar apoio a uma investigação transnacional e uma outra equipa de investigação conjunta, criada anteriormente, continuou operacional.

Tendo por base informação recebida dos correspondentes nacionais para a Eurojust para as questões do terrorismo, nos termos da Decisão do Conselho 2005/671/JAI, de 20 de setembro de 2005, bem como informações recebidas através de fontes abertas, a Eurojust editou, em 2011, três edições da sua Monitorização de Condenações por Terrorismo. A Monitori-

zação de Condenações por Terrorismo identifica casos de interesse geral para a União Europeia em questões relacionadas com o terrorismo e boas práticas, através da análise de casos judiciais, e dissemina informação sobre desenvolvimentos legislativos neste domínio.

Através da sua Equipa de Luta contra o Terrorismo, a Eurojust efetua reuniões táticas e estratégicas, reunindo magistrados e peritos em direito do terrorismo que partilham os seus conhecimentos especializados, com o intuito de dar assistência a decisores da União Europeia e tornar mais eficaz a coordenação contra o terrorismo. Em abril de 2011 realizou-se uma reunião tática sobre "A Questão Violenta do Extremismo/Terrorismo". Em julho, a reunião estratégica anual de todos os correspondentes nacionais da Eurojust para as questões relacionadas com o terrorismo analisou os resultados de um questionário fornecido pelas autoridades judiciais da União Europeia sobre a utilização da Internet pelos extremistas islâmicos, tendo, ainda, trabalhado na análise de casos.

A Eurojust contribuiu para o Relatório Anual do Coordenador da Luta contra o

Terrorismo da União Europeia; para um estudo iniciado pelo Parlamento Europeu sobre *Custos estimados das medidas contra o terrorismo da União Europeia*; e para o Relatório da Europol sobre a Situação e Tendências do Terrorismo, 2011 (TE-SAT). Foi concedido o estatuto de Observador à Eurojust nas reuniões do Comité de Peritos sobre o Terrorismo (CODEXTER) do Conselho da Europa.

### 1.3.2 Tráfico de Estupefacientes

Em 2011, foram registados 242 casos de tráfico de estupefacientes, tornando-se na maior categoria dos tipos de criminalidade tratados pela Eurojust - 16,8% do total de casos. O número de casos decresceu ligeiramente comparativamente a 2010 (254), embora o número de reuniões de coordenação realizadas em casos de tráfico de estupefacientes tenha aumentado de 39 (2010) para 50 (2011). Foram criadas sete equipas de investigação conjuntas em 2011, em contraposição com as três criadas em 2010.

Juntamente com a Presidência Polaca da União Europeia, a Eurojust realizou um seminário estratégico em Cracóvia, em outubro de 2011, no âmbito do projeto



*"Alargamento do trabalho da Eurojust em casos de tráfico de estupefacientes".* O projeto analisava e avaliava dados e resultados das reuniões de coordenação da Eurojust sobre casos de tráfico de estupefacientes entre 1 de setembro de 2008 e 31 de agosto de 2010, a fim de identificar os principais desafios e soluções. O relatório final do projeto, incorporando as discussões do seminário de Cracóvia e os resultados da análise do tratamento de casos, ficará disponível em 2012.

Os Ficheiros de Análise da Europol (AWF)

analizam dados relacionados com tipos específicos de criminalidade. A Eurojust está, atualmente, associada a todos os Ficheiros de Análise da Europol (AWF) relacionados com o tráfico de estupefacientes (AWF Heroína e AWF Cannabis, em 2011). A Eurojust contribuiu, igualmente, para a elaboração do Pacto Europeu sobre Drogas Sintéticas e para os seminários da Comissão sobre a revisão da legislação da União Europeia sobre tráfico de estupefacientes. Além disso, a Eurojust reforçou a sua cooperação com o Centro Europeu de Monitorização de Drogas e Adição (EMCDDA) (realizaram-se visitas recíprocas em 2011), tendo continuado a prestar

Em agosto de 2010, a polícia francesa mandou parar um veículo pesado contendo mais de 2 000 kg de cannabis. Foram estabelecidas ligações com a Bélgica, os Países Baixos, a Lituânia e a Estónia, e foi solicitada a assistência da Eurojust. Realizaram-se três reuniões de coordenação nas instalações da Eurojust, com a participação da Europol, com vista a promover o intercâmbio de informação sobre toda a rede criminosa. O intercâmbio de informação revelou o envolvimento de

um grupo criminoso organizado holandês e realçou a necessidade de criação de uma equipa de investigação conjunta. Tal veio a acontecer em fevereiro de 2011, tendo a equipa de investigação conjunta recebido financiamento da Eurojust para apoiar as suas atividades operacionais. Em maio de 2011, foram efetuadas várias detenções na Bélgica e em França e executados mandados de busca nos Países Baixos, o que permitiu desmantelar o grupo criminoso.



*Visita de Myria Vassiliadou, Coordenadora da Luta contra o Tráfico de Seres Humanos da União Europeia (Comissão Europeia)*

assistência à CEPOL no âmbito dos seus cursos de formação.

### 1.3.3 Tráfico de seres humanos

Em 2011, foram registados 79 casos de tráfico de seres humanos, a maioria dos quais dizia respeito a tráfico para fins de exploração sexual. Embora se tenha verificado um ligeiro decréscimo de casos em comparação com 2010 (87 casos), as reu-

Uma organização criminosa, cujos cabecilhas eram principalmente nacionais vietnamitas, fornecia documentos falsos a imigrantes ilegais e introduzia-os ilegalmente na União Europeia através da Europa oriental. Um grupo de curdos iraquianos ligado a este grupo introduzia no Reino Unido imigrantes que tinham alcançado a Bélgica ou a França, mediante o pagamento de €2 000 a €3 000 por cada entrada ilegal. De modo a avançar com o caso, que se estendia a todo o território da União Europeia e tinha ligações a Estados terceiros, um juiz de instrução de Lille, França, solicitou a assistência da Eurojust.

A Eurojust realizou uma reunião de coordenação com todas as autoridades envolvidas, na qual

se chegou a acordo sobre o dia em que seria lançada uma operação concertada contra o grupo criminoso organizado usando a Eurojust como centro de coordenação e sobre o local onde iriam ser instaurados os procedimentos penais. Apoiados e coordenados pela Eurojust e a Europol, oficiais de polícia e juízes de instrução deram início à operação em França, Reino Unido, República Checa, Alemanha e Hungria. A Eurojust prestou aconselhamento sobre a emissão e execução imediata de cartas rogatórias e mandados, foram detidos 30 cabecilhas, foram cumpridos mandados de detenção europeus e buscas e – embora não constituísse o principal objetivo da investigação – foi localizada uma enorme quinta onde se cultivava cannabis em estufa. O cultivo foi destruído.

niões de coordenação neste domínio aumentaram para o dobro, de 13 em 2010 para 24 em 2011. No total, foram iniciadas seis equipas de investigação conjuntas relacionadas com o tráfico de seres humanos em 2011.

A 18 de outubro de 2011, sob os auspícios da Presidência Polaca, a Eurojust e outras instituições da área de Justiça e Assuntos

Internos (CEPOL, Gabinete Europeu em matéria de Asilo, Instituto Europeu para a Igualdade de Género, Europol, Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) e Frontex) participaram no 5.º Dia Europeu Anti-Tráfico, com o Coordenador da Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, da União Europeia. O evento incluiu um debate entre os Responsáveis das instituições, uma Declaração Conjunta assina-

da pela Eurojust e outros órgãos, e três workshops. A Eurojust, juntamente com a Europol, presidiu ao workshop sobre investigação e procedimento penal de infrações penais de tráfico de seres humanos.

Existem algumas opiniões segundo as quais o tráfico de seres humanos não é suficientemente investigado nem criminalizado, sendo as vítimas tratadas como autoras de infrações penais de prostituição ou imigração ilegal. A fim de analisar esta situação, o Grupo de Trabalho da Eurojust para o Tráfico e Crimes Conexos iniciou um projeto estratégico designado *A ação da Eurojust contra o tráfico de Seres Humanos*, cujo objetivo é o de identificar possíveis obstáculos jurídicos e práticos à ação penal contra o tráfico de seres humanos no seio da União Europeia e de propor soluções. O projeto ficará concluído em 2012.

### 1.3.4 Fraude

Em 2011 a Eurojust registou 218 casos de fraude, o que representou um acréscimo comparativamente a 2010 (204). O termo “fraude” abrange uma variedade de infrações penais que incluem a fraude fiscal, burla informática, desvio de ativos



das sociedades e fraude em matéria de IVA. O número de reuniões de coordenação em casos de fraude aumentou de 17, em 2010, para 58, em 2011. Foram criadas 4 equipas de investigação conjuntas com vista a facilitar investigações em casos de fraude.

Dentro da categoria geral de fraude, a fraude em matéria de IVA revelou ser a mais significativa; 24 reuniões de coordenação realizadas em 2011 centraram-se nesta infração penal, talvez como reflexo do seu impacto nas receitas dos Estados-Membros.

Em 2011, o Grupo de Trabalho da Eurojust para a Criminalidade Económica e Financeira concluiu o projeto estratégico *Alargamento do intercâmbio de informação e do auxílio judiciário mútuo entre autoridades judiciais dos Estados-Membros na área da fraude em matéria de IVA*. A 28 de março realizou-se um seminário estratégico em que participaram operadores de todos os Estados-Membros e da Europol, com o objetivo de identificar obstáculos legais e práticos à investigação e ao procedimento penal da fraude em matéria de IVA, designada fraude em carrossel. Foram formuladas reco-

mendações, incluindo a aproximação de definições, molduras penais e prazos de prescrição nos Estados-Membros relativamente à fraude em matéria de IVA; a necessidade de todos os Estados-Membros preverem um enquadramento jurídico para a investigação e o procedimento penal da fraude em matéria de IVA transnacional, independentemente do local onde a infração for cometida e os prejuízos ocorrerem; e a necessidade de a coo-

peração policial e judiciária transnacional ser desencadeada numa fase inicial com o apoio da Eurojust e da Europol.

### 1.3.5 Corrupção

Em 2011, foram registados 26 casos de corrupção, o que representou um ligeiro decréscimo relativamente aos 31 casos em 2010. Mantendo o crescente enfoque no trabalho de coordenação da Eurojust,

Os administradores de uma sociedade holandesa eram suspeitos de estarem envolvidos num esquema Ponzi (burla em pirâmide), de grande dimensão, em que 800 investidores tinham sido persuadidos a adquirir produtos de investimento fraudulentos num total de €200 milhões. Os investidores eram recrutados através de anúncios televisivos, do programa de televisão holandês “Business Class” e de “Feiras Milionárias”, tendo a sociedade holandesa escritórios de vendas espalhados por toda a Europa. Dado o nível internacional da fraude, (envolvendo, pelo menos, quatro Estados-Membros e quatro Estados terceiros), foi solicitado o apoio da Eurojust. Na sequência de uma reunião de coordenação na Eurojust, foi tomada a decisão de estabelecer um centro de coordenação em A Haia.

A 27 de setembro de 2011, as autoridades judiciais e policiais de oito países conduziram uma operação conjunta: nos Países Baixos, foram efetuadas buscas em seis casas particulares, nas instalações de 5 sociedades e no escritório de um advogado; na Suíça, foram efetuadas buscas numa casa particular e nas instalações de duas sociedades. Foram, ainda, efetuadas buscas simultâneas na Bélgica, em Espanha, no Reino Unido, na Turquia, nos Estados Unidos da América e no Dubai. A Eurojust coordenou, em tempo real, as buscas e as detenções a partir do centro de coordenação. Em consequência desta operação, foi possível apreender, em diferentes locais, bens imobiliários e veículos, bem como elevados montantes em dinheiro depositados em contas bancárias.

Na sequência de uma investigação jornalística, surgiram alegações de corrupção relativamente a quatro membros do Parlamento Europeu (MEPs). O Parlamento Europeu (EP) tinha negado ao OLAF o direito de conduzir uma investigação administrativa sobre o caso na ausência de uma decisão das autoridades judiciais nacionais. Além disso, o Parlamento Europeu tinha recusado autorização aos funcionários antifraude para efetuarem buscas nos gabinetes dos parlamentares europeus suspeitos. As autoridades nacionais competentes nos Estados-Membros interessados iniciaram as investigações e o caso foi comunicado à Eurojust, para efeitos de prestação de assistência. Seguindo a su-

gestão da Eurojust, a autoridade judiciária austríaca solicitou apoio especializado ao OLAF, em particular aquando das buscas no Parlamento Europeu. Graças à assistência prestada pelo OLAF e pela Eurojust, as autoridades belgas e francesas efetuaram, num curto prazo de tempo, buscas às instalações do Parlamento Europeu conforme ordenado pela autoridade judicial austríaca. Realizou-se uma reunião de coordenação envolvendo a Áustria, a Roménia, a Eslovénia, a Bélgica e a França, que contou com o apoio do OLAF e da Eurojust. A contribuição do OLAF permitiu efetuar buscas em tempo útil às instalações do Parlamento Europeu. O caso está pendente.

o número de reuniões de coordenação aumentou significativamente de 11, em 2010, para 19, em 2011.

Uma equipa de investigação conjunta para investigar um caso de corrupção, que tinha sido anteriormente criada pela Eurojust, viu os seus resultados em 2011 com o pagamento, por parte de uma empresa de um Estado-Membro, relativo a um acordo equivalente a cerca de €3 milhões no contexto de um caso de corrupção transnacional de âmbito global.

### 1.3.6 Cibercriminalidade

Registaram-se 24 casos em 2011, por oposição aos 32 em 2010. Por outro lado, verificou-se um expressivo aumento das reuniões de coordenação da Eurojust, que aumentaram de 1, em 2010, para 10, em 2011. A Eurojust participou em duas equipas de investigação conjuntas no decurso do ano reportado.

O termo “cibercriminalidade” engloba dois tipos de atividades criminosas: o recur-

so à internet para cometer infrações penais “tradicionais” como a fraude, a falsificação, a difusão de material relacionado com abusos sexuais, etc., por um lado, e o recurso a meios eletrónicos de intrusão ou imobilização total de sistemas informáticos. A Eurojust tem contribuído para a luta contra ambos os tipos de cibercriminalidade, tendo, igualmente, participado em iniciativas visando fazer frente à ameaça a nível da União Europeia. A Eurojust continuou a participar na Plataforma de Alerta de Cibercriminalidade a nível europeu, que inclui o Sistema em Linha de Informações sobre Criminalidade na Internet (I-CROS) e o Ficheiro de Análise CYBORG da Europol. Além disso, a Eurojust disponibilizou os seus conhecimentos especializados nas discussões pendentes sobre a criação de um Centro Europeu sobre da Cibercriminalidade.

### 1.3.7 Branqueamento

No ano de 2011 foram registados 122 casos de branqueamento, em comparação com os 146 casos em 2010. Em termos gerais, o branqueamento foi o quarto tipo de infração penal mais comum (apenas superado pelo tráfico de estupefacientes, fraude e tráfico de seres humanos).



Este número não surpreende, na medida em que os grupos criminosos organizados necessitam de legitimar o produto da sua atividade criminosa e financiar futuras iniciativas delituosas. Em consequência, os grupos criminosos organizados efetuam envios transnacionais de fundos para alcançarem estes objetivos. O número de reuniões de coordenação efetuadas em 2011 foi de 27 (por oposição às 30 reuniões em 2010). Foram organizadas duas equipas de investigação conjuntas em 2011, embora o branqueamento seja, igualmente, um alvo de outras duas equipas de investigação conjuntas por associação com o tráfico de estupefacientes.

*Hackers* atacaram os registos nacionais de licenças de comércio de carbono na República Checa, na Áustria, na Alemanha, na Grécia, na Roménia, em França e no Reino Unido. Cerca de 1.175.000 licenças (com valor aproximado de €18 milhões) foram furtadas do Registo de Comércio de Eletricidade e Carbono da República Checa, e transferidos para contas em diferentes países europeus. Muitas foram, depois, localizadas na Alemanha, na Estónia e no Reino Unido.

O *modus operandi* destes ataques nos sete Estados-Membros foi praticamente idêntico, tendo os autores utilizado métodos sofisticados similares. A possibilidade destes ataques estarem interligados era

muito elevada. Durante a investigação do caso, o procurador checo necessitou de informações de outro Estado-Membro, tendo solicitado a coordenação e a assistência da Eurojust relativamente a este aspeto de cooperação judiciária. A Eurojust monitorizou e prestou assistência (em conjunto com a Rede Judiciária Europeia (RJE)) na execução de pedidos judiciais dirigidos à Alemanha, à Estónia e ao Reino Unido, no sentido de permitir que as licenças de emissão furtadas fossem parcialmente apreendidas e devolvidas aos lesados. Outras linhas de investigação das atividades de *phishing* e *hacking* têm sido desenvolvidas à medida que a natureza transnacional do caso se tem alargado, pelo que a Eurojust continuará a acompanhar o caso.

A natureza horizontal do branqueamento tem sido realçada no Relatório de Avaliação de Ameaças da Criminalidade Organizada (OCTA) 2009 e no Relatório de Avaliação de Ameaças da Criminalidade Russa Organizada (ROCTA) 2008, tendo o Conselho da União Europeia identificado o branqueamento como uma das prioridades da União Europeia para 2010

2011 na luta contra a criminalidade organizada.

### **1.3.8 Outras atividades relacionadas com a criminalidade organizada**

Foram registados 197 casos sob a categoria "outras atividades relacionadas com



Nacionais italianos residentes na Alemanha estavam a ser objeto de investigação por fraude relativa ao IVA e branqueamento associados ao comércio de veículos motorizados em larga escala. Quando os procuradores alemães contactaram os seus congéneres italianos, surgiu uma dificuldade de natureza jurídica, que foi comunicada à Eurojust para apreciação. Após analisar o problema, a Eurojust aconselhou as autoridades judiciais italianas a ponderarem a abertura de uma investigação paralela. A Eurojust realizou, então, uma reunião de coordenação, durante a

qual foi alcançado um acordo sobre o desenvolvimento do caso e foi acordada uma data para a ação concertada organizada através de um centro de coordenação na Eurojust.

O centro de coordenação permitiu o intercâmbio de informação e de provas entre as autoridades policiais e judiciais nos Estados Membros interessados em tempo real, bem como a análise imediata dos dados recolhidos. Em consequência da operação simultânea, o principal suspeito foi detido na Alemanha e acusado de branqueamen-

to, e variadas buscas foram efetuadas em ambos os Estados-Membros (5 na Alemanha e 20 em Itália), nas residências dos principais suspeitos e nos escritórios das sociedades envolvidas no tráfico ilícito. Provas documentais, vários computadores e cerca de €300 000,00 em bens foram apreendidos, e uma conta bancária na Alemanha foi congelada. A Eurojust agiu como o catalisador do resultado da operação conjunta, e continuará a acompanhar os desenvolvimentos das duas investigações paralelas a fim de garantir os melhores resultados a nível judiciário.

As autoridades búlgaras solicitaram a assistência da Eurojust num caso de criminalidade organizada dirigida à fraude de identidade, *skimming* e contrafação de euro. O líder tinha dupla nacionalidade (Búlgara e da ex-República Jugoslava da Macedónia) e vivia em Espanha. Na sequência do contacto das autoridades búlgaras, a Eurojust prestou assistência na formação de uma equipa de investiga-

ção conjunta envolvendo autoridades búlgaras e espanholas, a Eurojust e a Europol.

Após uma reunião da equipa de investigação conjunta em abril de 2011, as autoridades chegaram à conclusão que o suspeito estava, igualmente, a ser investigado pelas autoridades alemãs. A Eurojust envolveu rapidamente a Representação Alemã, que estabeleceu

ligação com os seus congéneres nacionais. As autoridades alemãs detiveram nacionais búlgaros e de Estados terceiros na posse de 300 000 euros contrafeitos. O envolvimento da Eurojust e o seu apoio à coordenação das ações entre autoridades responsáveis nacionais pela ação penal permitiu que a investigação preliminar búlgara fosse concluída com sucesso.

a criminalidade organizada”, por oposição aos 233 do ano anterior. O número de reuniões de coordenação aumentou significativamente de 13, em 2010, para

56, em 2011. Foram criadas seis equipas de investigação conjuntas com a finalidade de identificar grupos criminosos organizados.

Os dados estatísticos nesta categoria devem ser tratados com especial cuidado. “Outras atividades relacionadas com a criminalidade organizada” é, claramente, uma

Em maio de 2009, um navio holandês - o *Marathon* - foi abordado por piratas no Golfo de Áden. As autoridades holandesas consideraram duas opções: (1) uma intervenção militar contra os piratas, ou (2) negociação com os piratas, que tinham exigido um resgate de milhões de dólares americanos. O armador do navio decidiu negociar a libertação através do pagamento do resgate. O resgate foi pago e, apesar da morte de um membro da tripulação, não foram efetuadas detenções. O armador do navio holandês comunicou o ataque às autoridades holandesas como sendo extorsão, vindo a determinar a intervenção da jurisdição dos Países Baixos. A investigação conduziu à identificação de muitos dos piratas, que estavam relacionados com outros casos investigados na Alemanha e na Bélgica.

À medida que o caso se desenrolava, várias reuniões de coordenação foram sendo realizadas e informação operacional - tal como o *modus operandi*, os

nomes dos suspeitos, etc - foi trocada. Importa realçar que a Eurojust providenciou o fórum onde os procuradores que tratavam da pirataria marítima puderam partilhar a experiência adquirida com problemas jurídicos e relacionados com a prova decorrentes da jurisdição do local, situação a bordo, aspetos da detenção e entrega, instalações de detenção, recolha de prova, audição de testemunhas, identificação de suspeitos, determinação e presunção da idade (o que poderia ter influência no local do julgamento e no estatuto processual dos piratas suspeitos), etc. A importância de parcerias com outras partes como a Marinha, companhias de seguros, autoridades portuárias, etc. foi explorada, juntamente com ferramentas de investigação, para identificar os produtos financeiros da pirataria. Face à identificação de alvos comuns nas reuniões da Eurojust, foi criada uma equipa de investigação conjunta dos Países Baixos e da Alemanha, em novembro de 2011.

categoria residual, que só é usada quando outros aspetos da criminalidade organizada, tais como o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos ou o branqueamento, não se mostram adequados.

Neste contexto, a Eurojust tem vindo a trabalhar no aperfeiçoamento do seu registo estatístico sobre a criminalidade organizada. As Conclusões do Conselho de 2010 sobre o Relatório Anual da Eurojust apoiou a intenção da Eurojust de melhorar as suas ferramentas estatísticas, de forma a disponibilizar ao Conselho números mais detalhados sobre as infrações penais caracterizadas por este fenómeno. Este trabalho teve continuidade em 2011, nomeadamente através da produção de uma nova lista de infrações penais do Sistema de Gestão de Casos (CMS), adaptada às necessidades da Eurojust e aprovada pelo Colégio.

Independentemente do tipo de dificuldades de registo de "outras atividades relacionadas com a criminalidade organizada", ficou claro que este tipo de criminalidade continua a ser prioritário para a Eurojust, desde logo pelo facto de a identificação de grupos criminosos organizados ser uma das prioridades da União Europeia.

## Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças na Eurojust – Infrações Penais contras as crianças

Em 2011, foram registados 33 casos de infrações penais contra crianças, incluindo dois pela Noruega. Desde 2004, a Eurojust registou um total de 169 casos relacionados com infrações contra crianças, incluindo 6 registados pela Noruega. Entre os casos da Eurojust, os tipos desta criminalidade mais comuns lesivos das crianças são os abusos sexuais, incluindo rapto e exploração sexual, imagens de abusos de menores (pornografia infantil) e tráfico de seres humanos.

Em 2011, o Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças na Eurojust reforçou a cooperação da Eurojust com a Coligação Financeira Europeia contra a exploração sexual de crianças na Internet (EFC). A EFC foi criada em 2009 com o objetivo de combater a distribuição comercial de imagens de abusos sexuais na Internet. Em 2011, foi criada uma nova estrutura EFC com um maior enfoque no acompanhamento das autoridades policiais e das autoridades responsáveis pela ação penal.

Com base em operações bem sucedidas como a operação *Lost Boy*, em que uma rede pedófila foi desmantelada e mais de 70 crianças foram salvas de abusos sexuais na União Europeia, foram desenvolvidos contactos com o Setor de Obscenidades e Exploração Infantil do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América e outras agências do governo americano e ONGs.

A Eurojust realizou uma reunião tática sobre predadores sexuais que utilizavam crianças para efeitos de turismo sexual, em que os abusos sexuais de crianças ocorriam num Estado terceiro (frequentemente um país em desenvolvimento), e em que o procedimento penal era instaurado no Estado Membro do arguido. Na reunião, foram examinados obstáculos práticos sentidos pelas autoridades judiciais dos Estados Membros nestes casos (particularmente quando não existe acordo de cooperação com o Estado terceiro), bem como o papel da Eurojust na resolução das dificuldades relacionadas com a recolha e admissibilidade da prova e a identificação e segurança das vítimas. Os participantes realçaram a importância da rede de contactos da Eurojust com Estados terceiros e a cooperação com ONGs locais.

### 1.4 Equipas de Investigação Conjuntas

Em 2011, foram criadas 33 novas equipas de investigação conjuntas com o apoio da Eurojust. Os procuradores, juizes e ofi-

ciais de polícia da Eurojust participaram em 20 destas Equipas de investigação conjuntas, em conformidade com o artigo 9.º da Decisão Eurojust. Dois Estados fora da União Europeia participaram numa Equipa de Investigação conjunta multila-

teral apoiada pela Eurojust. O constante aumento do número de equipas de investigação conjuntas criadas com a assistência e a participação da Eurojust prova que as autoridades nacionais estão cada vez mais familiarizadas com este instrumento e se

mostram cada vez mais disponíveis para o utilizar no seu trabalho operacional.

O acréscimo do número de equipas de investigação conjuntas sugere, igualmente, que as autoridades judiciais e policiais utilizam a Eurojust como ponto de referência na decisão sobre o momento apropriado para recorrer às equipas de investigação conjuntas. Este aspeto foi reforçado em 2011 com a criação do Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas na Eurojust (ver, igualmente, o ponto 2.2.2).

A assistência prestada pela Eurojust aos profissionais das equipas de investigação conjuntas teve características diversificadas, tais como a elaboração, alteração e ampliação dos acordos de equipas de investigação conjuntas. Graças ao seu constante contacto com as equipas de investigação conjuntas, a Eurojust adquiriu conhecimentos especializados que lhe permitem prestar aconselhamento sobre potenciais obstáculos jurídicos e evitar outras dificuldades.

Neste contexto, o tratamento de casos da Eurojust mostra que duas questões são recorrentes ao nível do exercício da ação

penal e ao nível judicial no que respeita às Equipas de Investigação Conjuntas: admissibilidade da prova e divulgação de informação. A admissibilidade da prova é matéria recorrente em reuniões de coordenação. Quando sistemas judiciais diferentes cooperam, é essencial obter o acordo prévio sobre a possibilidade de recorrer a diligências investigatórias específicas, tal como é necessário alcançar um entendimento mútuo claro sobre questões processuais. A admissibilidade de uma interceção de comunicações telefónicas ou de material obtido em consequência de um mandado de busca, por exemplo, pode estar sujeita a diferentes regras de produção de prova nos Estados-Membros. O envolvimento da Eurojust no aconselhamento especializado nestes aspetos revela-se fundamental, podendo incluir, em casos específicos, o parecer no sentido da não criação de uma equipa de investigação conjunta. Caso os requisitos jurídicos nacionais relativos a tipos específicos de investigação não sejam consistentes com as atividades pretendidas pela equipa de investigação conjunta, terá de ser considerada a possibilidade de se optar por investigações paralelas ou pelos procedimentos tradicionais de auxílio judiciário mútuo.



*Assinatura de um acordo EIC entre a Bulgária e os Países Baixos*

Outra questão prática com que as reuniões de coordenação da Eurojust se deparam regularmente diz respeito à divulgação de informações relacionadas com casos sensíveis. Considerando que o pronto intercâmbio de informação constitui uma vantagem crucial para a equipa de investigação conjunta, os seus membros devem estar conscientes, desde o início, do volume e do momento em que o material sensível recolhido durante a investigação irá ser disponibilizado à



defesa e ao tribunal, nos termos da legislação nacional dos Estados-Membros envolvidos. O conhecimento especializado dos regimes nacionais sobre o levantamento do segredo é fundamental para evitar a situação em que as autoridades de um Estado-Membro sejam obrigadas a divulgar informação sensível que as autoridades de outro Estado-Membro só pretendiam divulgar numa fase posterior. Estes conhecimentos especializados são importantes pelo seu impacto no processo judicial e porque a divulgação não prevista poderá prejudicar investigações mais alargadas que estejam a decorrer num Estado Membro e mesmo expor fontes de informação, com perigo para a integridade física ou para a vida.

Outra consideração a ponderar sobre o levantamento do segredo é a que se prende com o facto de as autoridades nacionais poderem estar na posse de informação importante, mas não fazerem parte de equipas de investigação conjuntas. Nestes casos, devem ser alcançados acordos claros sobre o tratamento subsequente de qualquer informação divulgada no contexto de uma investigação transnacional levada a efeito por uma equipa de investigação conjunta. Só após ter sido obtido

um entendimento sobre os diversos regimes jurídicos relativos ao levantamento do segredo é que se poderá encorajar as autoridades nacionais a trocar informação sensível entre si. A Eurojust tem prestado um serviço útil aos Estados-Membros ao consciencializar os operadores judiciais sobre as implicações dos diferentes regimes sobre segredo, ao emitir parecer sobre o cuidado a ter na elaboração de documentos de equipas de investigação conjuntas e, consequentemente, ao ajudar a evitar o imprevisto levantamento do segredo e o colocar em perigo pessoas que tenham prestado informações sobre grupos criminosos organizados.

No âmbito de um programa contínuo visando a ampliação do uso do instituto da equipa de investigação conjunta como instrumento de cooperação, a Eurojust e a Europol acolheram, em outubro de 2011, o sétimo encontro anual da Rede de Peritos em EIC. A sessão de trabalhos tratou de aspetos operacionais das EIC, tais como a participação de Estados terceiros e obstáculos operacionais específicos encontrados durante a intervenção das EIC. Tal como nos anos antecedentes, cada organização liderou um workshop. Um deles tratou o tema *Obstáculos*

*Jurídicos e Práticos na criação e operação de uma EIC, e soluções relativas à prova*; o outro discutiu as *EIC e a sua interação com parceiros externos*. O encontro terminou com uma sessão de trabalho sobre os serviços disponibilizados aos peritos das EIC. O Secretariado da Rede de EIC apresentou o apoio disponível para a criação e a operacionalidade das EIC. A Eurojust teve, ainda, parte ativa na formação das equipas de investigação conjuntas, em particular no âmbito dos seminários e conferências da CEPOL.

#### *A Eurojust e o apoio financeiro às operações das EIC*

Em complemento do parecer dado aos profissionais, a Eurojust avaliou e apoiou, financeira e logisticamente, as EIC. Em 2011, a Eurojust deu continuidade ao seu Projeto de Financiamento das EIC denominado *Para um Melhor Uso das EIC*, subsidiado pela Comissão Europeia no âmbito do programa *Prevenção e Luta contra a Criminalidade 2007-2013*. O projeto tornou-se num elemento valioso na tentativa de garantir que as restrições financeiras não desencorajem o recurso às EIC na luta contra os grupos de criminalidade organizada.



Sob os auspícios do projeto, a Eurojust apoiou, em 2011, um total de 34 equipas de investigação conjuntas. Dezasseis Estados-Membros participaram em EIC que receberam financiamento após a avaliação da Eurojust. Baseada nos 71 pedidos de financiamento que recebeu, a Eurojust prestou assistência nas despesas de deslocação, alojamento, tradução e interpretação decorrentes das atividades operacionais das EIC, tendo concedido um total de, aproximadamente, €1,25 milhões. Acresce, ainda, o empréstimo de telemóveis, portáteis, impressoras e scanners portáteis a elementos das EIC, com o objetivo de facilitar as comunicações.

Para mais informações sobre o Projeto de Financiamento das EIC, consultar o [sítio web](#).

As alterações legislativas entretanto efetuadas vieram reforçar o papel financeiro da Eurojust relativamente às EIC. Nos termos da Decisão Eurojust, que deveria ser transposta para a legislação nacional dos Estados Membros até junho de 2011, os procuradores, juízes e oficiais de polícia da Eurojust serão convidados a participar em todas as EIC que solicitem financiamento da União Europeia.

As autoridades espanholas iniciaram uma investigação a grupos criminosos ucranianos que organizaram várias redes de auxílio à imigração ilegal de nacionais ucranianos para Portugal e Espanha, usando a Itália como base logística. Na sequência de ações que visaram desmantelar as redes nestes Estados-Membros, foi decidido atacar este problema na origem. Nesse sentido, a Eurojust realizou

uma reunião de coordenação que contou com a participação das autoridades ucranianas e dos Estados-Membros. As autoridades policiais e responsáveis pela ação penal trocaram informações relevantes, os principais suspeitos foram identificados e foi alcançado um entendimento com as autoridades ucranianas sobre a melhor forma de combater a atividade criminosa na sua origem.

A Decisão Eurojust requer, igualmente, que os Estados-Membros notifiquem a Eurojust da criação de qualquer equipa de investigação conjunta, mesmo que o apoio financeiro da União Europeia não seja solicitado. A Eurojust recebeu, em 2011, oito notificações nestes termos.

### 1.5 Tratamento de casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros

No decurso do ano, foram dirigidos pedidos a Estados terceiros em 211 ocasiões. O Estado terceiro mais frequentemente solicitado foi a Suíça, seguido

da Noruega, Croácia, Estados Unidos da América, Turquia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Marrocos e Liechtenstein. Os principais tipos de crimes foram o tráfico de estupefacientes, burla e fraude, branqueamento de capitais, ofensas à integridade física ou à liberdade individual. A Eurojust foi ainda solicitada a prestar assistência em casos de corrupção e cibercriminalidade envolvendo Estados terceiros.

Os Estados terceiros estiveram representados por 45 ocasiões nas reuniões de coordenação da Eurojust em 2011, o que representa cerca de um quarto do número total destas reuniões. O Estado tercei-

ro mais frequentemente envolvido nestas reuniões foi a Suíça (12), seguida dos Estados Unidos da América (7), Croácia (5), Noruega (4), Ucrânia (4), Turquia (2) e Japão (2). Embora a participação de Estados terceiros nas reuniões de coordenação da Eurojust tenha sido significativa, tal participação necessita de ser fomentada e desenvolvida.

A cooperação judiciária solicitada pelas autoridades dos Estados-Membros aos Estados terceiros, com o apoio da Eurojust, variou entre a facilitação de pedidos de auxílio judiciário mútuo (para



*Visita de uma delegação da Suíça*

Doentes de um hospital psiquiátrico na Croácia foram mortos durante o conflito bélico que se seguiu ao colapso da Jugoslávia. A necessidade de interrogar membros das forças de paz da ONU dinamarqueses tornou-se óbvia no decurso de uma investigação de homicídio, facto que levantou dificuldades jurídicas face ao estatuto desses membros.

As autoridades croatas solicitaram a assistência do Magistrado de Ligação na Eurojust. Este abriu o caso com a Dinamarca, tornando-o num dos poucos casos de crimes de guerra registra-

dos pela Eurojust. O caso foi formalmente registado como respeitando a um crime de homicídio.

A estreita e efetiva ligação entre o Magistrado de Ligação da Croácia na Eurojust e a Representação Nacional Dinamarquesa permitiu efetuar, com rapidez, um pedido de audição de testemunhas. Todas as testemunhas visadas na carta rogatória já prestaram o seu depoimento, o que permitirá dar seguimento à investigação de crime de guerra.



*Magistrados de Ligação na Eurojust: Josip Čule (Croácia), Anne Grøstad (Noruega) e Stewart Robinson (Estados Unidos da América)*

efeitos de audição de testemunhas por videoconferência, transferência de procedimentos penais, execução de decisões de perda e congelamento, obtenção de provas bancárias e registos criminais), através da identificação de pontos de contacto e a criação de canais de comunicação, e a clarificação de requisitos jurídicos e legislação relevante. Nos casos em que os Estados-Membros colocaram funcionários em Estados terceiros, a Eurojust identificou esse recurso como útil para o desenvolvimento dos casos, em complemento dos pontos de contacto da Eurojust.

#### *Magistrados de Ligação de Estados terceiros destacados na Eurojust*

Em 2011, a Eurojust contava com a presença de três Magistrados de Ligação de Estados terceiros (Croácia, Noruega e Estados Unidos da América). Estes magistrados podem fazer o seu próprio registo de tratamento de casos nos termos dos acordos de cooperação alcançados entre os seus países e a Eurojust.

O Magistrado de Ligação para a Croácia na Eurojust registou 14 casos em 2011, a maioria dos quais relativos a crimes de corrupção, branqueamento e tráfico de



*Presidência da Eurojust: Raivo Sepp, Vice-Presidente,  
Aled Williams, Presidente, Michèle Coninsx, Vice-Presidente*

estupefacientes. A Magistrada de Ligação para a Noruega na Eurojust registou 47 casos em 2011, a maioria dos quais dizia respeito a tráfico de estupefacientes, fraude, branqueamento, corrupção, tráfico de seres humanos e terrorismo. Em outubro de 2011, foi nomeado, pelos Estados Unidos da América, um novo Magistrado de Ligação para a Eurojust, nos termos do Acordo celebrado em 2006 entre a Eurojust e aquele país.

As principais questões e dificuldades identificadas pelos Magistrados de Ligação a nível da cooperação judiciária são similares aos encontrados pelas Representações Nacionais. Atrasos e recusa de execução de pedidos resultam, frequentemente, de

diferenças nas legislações internas que regulam o segredo bancário, a audição de testemunhas por videoconferência, a admissibilidade da prova ou a extradição de nacionais.

Os Magistrados de Ligação na Eurojust participaram em reuniões de coordenação e EIC.

De uma forma geral, a presença de Magistrados de Ligação na Eurojust permitiu prestar assistência a profissionais europeus que tiveram de resolver questões jurídicas complexas sobre a cooperação judiciária entre Estados-Membros e facilitar uma execução mais simples e rápida dos pedidos.

## 2 Relações com instituições da União Europeia e parceiros

### 2.1 Relações institucionais

#### 2.1.1 Parlamento Europeu

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (Comissão LIBE) do Parlamento Europeu convidou a Eurojust a participar em várias reuniões no decurso do ano de 2011. Seguindo a prática estabelecida, o Presidente da Eurojust apresentou àquela Comissão o Relatório Anual do ano anterior. A Eurojust contribuiu, igualmente, para a reunião do Comité Interparlamentar sobre Responsabilização Democrática da Estratégia de Segurança Interna e o papel da Eurojust, da Europol e do Frontex, e preparou documentos escritos para os relatórios do Parlamento Europeu designados “De que forma a criminalidade organizada tirou proveito dos fundos comunitários?” e “Custos estimados das medidas de luta da União Europeia contra

o terrorismo”. Para além disso, a Eurojust interveio nas audições parlamentares sobre “Ataques cibernéticos aos sistemas informáticos” e “Para uma estratégia comunitária na luta contra a criminalidade organizada transnacional”, tendo apresentado as suas contribuições.

#### 2.1.2 Conselho da União Europeia

A Eurojust continuou a contribuir para o trabalho de vários departamentos do Conselho relacionados com a cooperação judiciária em matéria penal, entre os quais se destacam o Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Matéria Penal (COPEN), o Grupo de Trabalho sobre Questões Gerais e Avaliação (GENVAL) e o antigo-Comité do Artigo 36.º (CATS).

A Presidência Húngara do Conselho solicitou à Eurojust que se pronunciasse sobre o projeto de Diretiva relativa à Decisão

Europeia de Investigação (DEI) em matéria penal. O objetivo da DEI é a reestruturação da cooperação judiciária transnacional em matéria penal: o atual sistema de auxílio judiciário mútuo deverá ser substituído por um instrumento assente no princípio do reconhecimento mútuo. A pronúncia da Eurojust foi publicada como documento do Conselho (6814/11). Este documento constituiu um instrumento de trabalho do Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia, quando o projeto de Diretiva foi analisado na sua reunião realizada nas instalações da Eurojust, em junho de 2011. A Eurojust tem participado como observador nas reuniões do Conselho dedicadas à discussão da Decisão desde julho de 2010.

O Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança



*Visita da Comissária da União Europeia, Cecilia Malmström*

Interna (COSI) foi criado nos termos do artigo 71.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFEU) tendo em vista o reforço da cooperação operacional entre as autoridades dos Estados-Membros no domínio da segurança interna. A Eurojust participou nas reuniões do COSI com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de um nível adequado de envolvimento judi-

ciário na estratégia de segurança interna da União Europeia. Nesta matéria, a Eurojust apoiou ativamente a implementação do ciclo de política geral, ao identificar a dimensão judiciária nos objetivos estratégicos e planos operacionais conexos para as oito prioridades na luta contra a criminalidade organizada entre 2011 e 2013. A Eurojust contribuiu, ainda, para o Primeiro Relatório Anual sobre Estratégia de Segurança Interna apresentado pela Comissão em 2011. Em junho, a Eurojust e a Europol apresentaram um documento conjunto sobre cooperação judiciária e policial, recorrendo a exemplos práticos retirados de três casos operacionais, de forma a consciencializar os operadores da mais-valia de um envolvimento precoce da Eurojust e da Europol. O documento foi distribuído como documento do Conselho (9387/1/11).

### **2.1.3 Comissão Europeia**

A Eurojust mantém relações próximas e eficazes com a Comissão, a qual financia a administração e a infraestrutura da Eurojust. A Comissão foi sistematicamente consultada sobre o projeto para as novas instalações da Eurojust (a disponibilizar pelos Países Baixos, na qua-

lidade de Estado anfitrião, mas com implicações significativas no orçamento da organização, as quais se espera possam ficar disponíveis em 2015). Seguindo a sugestão da Eurojust, e pela primeira vez, a Direção-Geral da Comissão para a Justiça participou nas reuniões dos Responsáveis das instituições de Justiça e Assuntos Internos, que se realizaram nas instalações da Eurojust, em 2011. Restabeleceram-se negociações com vista à elaboração de um Memorando de Entendimento entre a Eurojust e a Comissão, visando a formalização do intercâmbio de informação orçamental e administrativa.

## **2.2 Redes especializadas**

Até finais de 2011, a Eurojust passou a acolher os secretariados de três redes especializadas, que apoiam os operadores de justiça criminal na União Europeia: a Rede Judiciária Europeia (RJE), a Rede de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC) e a Rede Europeia de pontos de contacto relativa a pessoas responsáveis por crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Rede Genocídio). Os Secretariados das Redes estão integrados



no pessoal da Eurojust, embora operem como unidades autónomas.

A Eurojust prestou, igualmente, assistência à Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ) e ao Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia, que funciona como uma rede informal.

### 2.2.1 Rede Judiciária Europeia

A RJE foi criada em 1998, e o seu Secretariado passou a integrar o pessoal da Eurojust a partir de 2003. A Eurojust acolheu, em 2011, a 32ª reunião ordinária da RJE, na qual participaram os pontos de contacto da Rede para os Estados-Membros e países candidatos, bem como representantes da Comissão e do Conselho. Os participantes debateram a Proposta de Diretiva sobre as Equipas de Investigação Conjuntas, o desenvolvimento do sítio *web* da RJE e as atividades e a gestão da Rede. A Eurojust participou, ainda, na 36.ª Reunião Plenária, que decorreu em Budapeste, na qual foram abordadas questões relacionadas com o princípio *ne bis in idem*, o reconhecimento mútuo de sentenças estrangeiras e o

intercâmbio de informação constante de registos criminais.

O relacionamento regular entre a Eurojust e a RJE processa-se através de um Grupo de trabalho do Colégio (o Grupo de Trabalho da RJE e de Magistrados de Ligação). Complementarmente, a *Task Force* Conjunta RJE-Eurojust, criada em 2010, reuniu-se pela segunda vez para analisar, entre outros assuntos, as orientações nacionais sobre a interpretação do artigo 13.º da Decisão Eurojust, sobre o tratamento de casos da Eurojust e da RJE, bem como o papel dos Pontos de Contacto da RJE no Sistema de Coordenação Nacional da Eurojust (a ser criado em cada Estado-Membro em conformidade com o artigo 12.º da Decisão Eurojust). As conclusões saídas das discussões da *Task Force* Conjunta RJE-Eurojust foram apresentadas na subseqüente reunião plenária da RJE, realizada em Gdansk, em novembro de 2011.

### 2.2.2 Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas

A Rede de Equipas de Investigação Conjuntas foi criada em 2005 e, em 2011, foi



Reunião da Rede Genocídio

constituído o seu Secretariado. Enquanto anfitrião do Secretariado, a Eurojust presta assistência no sentido de potenciar o recurso às equipas de investigação conjuntas pelos Estados-Membros. O Secretariado coordenou o trabalho que conduziu à publicação, em outubro de 2011, do Manual de Equipas de Investigação Conjuntas Europol-Eurojust revisto, destinado a profissionais e redigido em todas as línguas da União Europeia.

A Eurojust e a Europol acolheram a 7ª reunião anual da Rede de Equipas de



Investigação Conjuntas, este ano subordinada ao tema “As Equipas de Investigação Conjuntas numa perspetiva operacional”. Os intervenientes falaram sobre a sua experiência no que respeita à formação e à operacionalidade das equipas de investigação conjuntas quando têm de dar resposta a situações da vida real. O ponto 1.4 contém mais informação sobre o trabalho da Eurojust com equipas de investigação conjuntas.

### **2.2.3 A Rede Genocídio**

A Rede Europeia de pontos de contacto relativa a pessoas responsáveis por crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra foi criada em 2002. O Secretariado da Rede, nomeado em 2011, serve de suporte ao trabalho quotidiano da Rede. Em 2011, a Eurojust acolheu duas reuniões plenárias da Rede Genocídio, nas quais os técnicos discutiram vários temas práticos, incluindo a proteção de testemunhas, a cooperação jurídica internacional, a extinção de tribunais internacionais (e possíveis “casos de impunidade” resultantes da extinção desses tribunais), a perda de produtos do crime e a coordenação de trabalhos em curso para investigar e proceder criminal-

mente contra os autores de crimes de genocídio, contra a humanidade e por crimes de guerra.

### **2.2.4 Rede Europeia de Formação Judiciária**

Desde 2008, a Eurojust e a Rede Europeia de Formação Judiciária têm trabalhado em conjunto no sentido de promover a consciencialização da dimensão europeia do trabalho dos membros das magistraturas na União Europeia.

Em 2011, a Eurojust continuou a participar ativamente e a apoiar o Programa de Intercâmbio da Rede Europeia de Formação Judiciária para ajudar juízes e procuradores dos Estados-Membros a familiarizar-se com as competências, o funcionamento e as atividades da Eurojust. Foram realizados três estágios da Rede Europeia de Formação Judiciária (cada um com três meses de duração) nas Representações Nacionais Italiana, Alemã e Austríaca. A Eurojust e a Rede Europeia de Formação Judiciária acordaram, igualmente, em acolher os formandos da RFJE por um curto período de tempo (uma a duas semanas). Seis Representações Nacionais (Áustria,

Dinamarca, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha) apoiaram a iniciativa como parte de um projeto-piloto, que foi um sucesso e será repetido em 2012.

A Eurojust fornece, regularmente, a sua contribuição para os seminários e a formação da Rede Europeia de Formação Judiciária. Em 2011, a Eurojust apoiou o projeto da Rede denominado *A Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Pena na Prática*. Oradores da Eurojust participaram em quatro seminários sobre questões jurídicas, práticas e procedimentos na emissão e execução de Mandados de Detenção Europeus e tipos específicos de pedidos de auxílio judiciário mútuo. A Eurojust contribuiu, igualmente, para ações de formação sobre equipas de investigação conjuntas com base na sua experiência operacional crescente nesta matéria.

### **2.2.5 Fórum Consultivo**

Em 2011, a Eurojust continuou a apoiar o principal objetivo do Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia (Fórum Consultivo) de reforçar aspetos judiciais e de procedi-

mento penal da política de segurança interna da União Europeia, tendo acolhido duas reuniões nas suas instalações.

A primeira, em junho de 2011 sob a Presidência Húngara, centrou-se no tema da corrupção. O Fórum Consultivo discutiu a sua possível contribuição para o novo “Pacote Anti-Corrupção da União Europeia”, à luz das propostas da Comissão. Foi, igualmente, discutida a Proposta de Diretiva sobre as Equipas de Investigação Conjuntas, a qual foi considerada um instrumento importante na facilitação e simplificação da cooperação judiciária.

A segunda reunião realizou-se em dezembro de 2011, sob a Presidência Polaca, tendo sido discutida a forma de melhorar a luta contra as infrações lesivas dos interesses financeiros da Comunidade a nível nacional e europeu, com cooperação acrescida entre o OLAF e a Eurojust. O Fórum Consultivo considerou, igualmente, a proteção das testemunhas no âmbito da luta contra a criminalidade organizada, a sua relação com as garantias de um julgamento justo e a possível adoção de padrões europeus comuns. Finalmente, a reunião analisou

a Proposta de Diretiva sobre o direito de acesso a um advogado em processo penal e a necessidade de garantir tanto um julgamento justo como a condução adequada de procedimentos penais.

A Eurojust presta apoio jurídico e logístico considerável ao Conselho Consultivo, sendo, igualmente, um meio condutor de expressão dos pontos de vista dos Procuradores-Gerais no fórum alargado das instituições da União Europeia.

## 2.3 Instituições e órgãos da União Europeia

### 2.3.1 Europol

A Europol é um parceiro importante na atividade da Eurojust, num relacionamento potenciado pela localização das duas instituições na Haia e pelo facto de o Tratado de Lisboa estabelecer que o papel de coordenação da Eurojust se baseia em “informação fornecida pelas autoridades dos Estados-Membros e pela Europol”.

Em 2011 assistiu-se a um significativo acréscimo na cooperação com a Europol relativa ao tratamento de casos, tendo



*Reunião do Fórum Consultivo durante a Presidência Húngara*

aquela agência estado representada em 89 reuniões de coordenação da Eurojust, um número significativamente superior às 41 reuniões em 2010. O intercâmbio de informação operacional através da linha de comunicações seguras entre a Eurojust e a Europol aumentou 35%, tendo, em 2011, sido trocadas através deste meio mais de 900 mensagens.

Em 2009, informações colhidas sugeriam que um grupo criminoso composto por elementos húngaros, croatas, eslovenos e sérvios, com ligações à Ásia, tinha manipulado o resultado de cerca de 170 jogos de futebol subornando jogadores, árbitros e outros intervenientes na Alemanha, Hungria, Finlândia, Croácia, Eslovénia e outros países europeus. O grupo criminoso organizado apostava nos resultados destes jogos na Ásia e na Europa e os seus lucros ascenderam a vários milhões de euros.

As autoridades alemãs desencadearam uma investigação em novembro de 2009, e as húngaras uma outra cerca de um mês mais tarde. Desde o início, as polícias alemã e húngara cooperaram intensivamente na obtenção de prova. A fim de alargar esta cooperação, as autoridades judiciais foram envolvidas e uma carta rogatória foi dirigida pelas autoridades húngaras às autoridades alemãs, solicitando elementos de prova documentos da investigação alemã. À medida que o caso húngaro evoluía, foram detetadas ligações à Croácia e à

Eslovénia e desencadeadas investigações paralelas que conduziram à detenção de cerca de 30 suspeitos. Realizou-se, na Hungria, uma reunião com as autoridades eslovenas.

Face à crescente complexidade do caso, foi solicitada a assistência da Eurojust, onde se realizou uma reunião de coordenação, na qual as autoridades policiais e judiciais dos Estados-Membros em causa trocaram informações. A Eurojust prestou, ainda, assistência na elaboração e transmissão de pedidos de cooperação judiciária, de forma a garantir que o caso avançasse de forma eficiente. O envolvimento da Eurojust permitiu juntar aspetos isolados da investigação e abrir novas linhas de investigação, ao potenciar o intercâmbio de informação. A Eurojust e a Europol trabalharam em estreita relação, tendo esta última prestado apoio operacional e analítico. Em 2011, foi criada uma equipa de investigação conjunta, tendo o financiamento concedido pela Eurojust no quadro das Equipas de Investigação Conjuntas permitido o apoio ao trabalho operacional.

No ano em apreço, a Eurojust associou-se a mais dois Ficheiros de Análise relativos a tráfico de seres humanos, produção de *cannabis* e contrabando, participando agora num total de 17 Ficheiros de

Análise. Contudo, os Estados-Membros não nos concederam estatuto de associados em outros Ficheiros de Análise importantes, como sejam o terrorismo islamita e o extremismo interno.

A fim de melhorar a cooperação operacional, a Eurojust e a Europol exploraram as novas disposições do Acordo de Cooperação revisto, de 1 de janeiro de 2010. Foi criado um programa de intercâmbio para responsáveis de ambas as organizações, tendo, nesse âmbito, sido realizadas cinco visitas recíprocas. Os participantes da Europol que visitaram a Eurojust participaram em reuniões internas (sessões plenárias do Colégio), bem como em *sessões informativas* que tiveram em atenção o seu específico contexto profissional. A Europol participou, ainda, em reuniões sobre a implementação da Decisão Eurojust, dadas as estreitas relações entre o Sistema de Coordenação Nacional da Eurojust (ENCS) e as Unidades Nacionais da Europol, conforme previsto na alínea d) do n.º 5 do artigo 12.º da Decisão Eurojust. A Eurojust participou nas reuniões dos Chefes de Unidades Nacionais da Europol (HENUs) e acolheu a visita de uma delegação HENU à Eurojust, a 27 de outubro de 2011.

A Eurojust e a Europol organizaram conjuntamente reuniões de técnicos nas áreas de Terrorismo/Extremismo Violento com Objetivo Único, extremismo relacionado com os direitos dos animais, fraude

em matéria de IVA e a reunião de peritos de Equipas de Investigação Conjuntas. A Europol contribuiu para a reunião estratégica em outubro de 2011, relativa *Aperfeiçoamento da ação da Eurojust em casos de tráfico de estupefacientes*. Ver ponto 1.3.2.

### 2.3.2 OLAF

O Acordo Prático sobre as Modalidades de Cooperação entre a Eurojust e o Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF), assinado em 2008, constitui a base jurídica de cooperação entre as duas organizações.

Verificou-se um acréscimo na transmissão de informação relacionada com os casos entre o OLAF e a Eurojust. Em 2011, o OLAF comunicou oito casos à Eurojust, em contraste com os quatro casos de 2010. Embora se trate de um número reduzido, este deverá ser entendido à luz de três considerações: em primeiro lugar, a Eurojust trabalha com investigações criminais e procedimentos penais, enquanto o trabalho do OLAF se centra em investigações e ações de natureza administrativa (a partir do seu trabalho operacional em 2010, o OLAF recomen-

dou que fosse considerada a hipótese de serem iniciadas investigações criminais e instaurados procedimentos penais pelas autoridades judiciais em 28 casos). A segunda consideração prende-se com o facto de a Eurojust trabalhar, por regra, com casos que envolvem dois ou mais Estados-Membros, o que não é o caso do OLAF. Em terceiro lugar, o OLAF foi convidado para oito reuniões de coordenação da Eurojust, que, em termos gerais, é um número particularmente encorajador, relativamente ao número de casos comunicados.

Nos casos em que a Eurojust e o OLAF trabalharam em conjunto, foram obtidos inegáveis benefícios, como ficou claramente demonstrado na investigação à alegada corrupção de Membros do Parlamento Europeu. Para mais pormenores sobre este caso, ver ponto 1.3.5.

Durante o ano, foram desenvolvidos meios para melhorar a cooperação entre a Eurojust e o OLAF, tendo sido acordados critérios para a seleção de casos comuns envolvendo criminalidade e elementos transnacionais; a rede de comunicações seguras entre as duas entidades ficou operacional, o mesmo sucedendo ao aces-



Visita de Rob Wainwright, Diretor da Europol

so da Eurojust ao Sistema de Informação Aduaneira (SIA); foi concluído o acordo de princípio para o intercâmbio de oficiais de ligação. Investigadores e procuradores do OLAF efetuaram uma visita de estudo à Eurojust. O OLAF participou, ainda, em reuniões da Eurojust, como foi o caso da Reunião de Peritos de Equipas de



Visita de Giovanni Kessler, Diretor Geral do OLAF

Investigação Conjuntas. A mais-valia da participação do OLAF nas equipas de investigação conjuntas reside na possibilidade de se poder cruzar dados obtidos pelas equipas de investigação conjuntas com dados do OLAF e os resultados das suas investigações administrativas.

### 2.3.3 Frontex

Em 2011, a Eurojust e a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (Frontex) deram continuidade às negociações com vista à con-

clusão de um instrumento de cooperação, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Decisão Eurojust.

Em 2011, a Eurojust participou no projeto Frontex denominado *Formação sobre Tráfico de Seres Humanos destinado a Serviços de Fronteiras* com o objetivo de desenvolver formação especializada de agentes fronteiriços da União Europeia e de Países Schengen Associados. As dimensões judiciária e do exercício da ação penal foram tidas em consideração na formação sobre o desenvolvimento de um currículo comum.

Uma rede criminosa contrabandeava tabaco e outros produtos, desde 2007, da Federação Russa e da Bielorrússia para e através da União Europeia. Os cabecilhas europeus tinham a sua base na Lituânia; as autoridades lituanas contactaram a Eurojust solicitando a sua assistência, em virtude de tais líderes terem conseguido escapar ao procedimento penal apesar das várias apreensões de camiões com carregamentos de tabaco, em ações envolvendo a Polónia, a Letónia, a Estónia e a Alemanha.

A Eurojust prestou assistência na análise do caso e realizou 5 reuniões de coordenação com os Estados-Membros envolvidos, a Europol e o OLAF, de

modo a permitir a elaboração de um quadro global das atividades dos chefes do grupo a partir das ações que tinham tido lugar em diferentes jurisdições. A operação, acordada para finais de novembro de 2011, resultou em 25 detenções. Particularmente importante foi o facto de cabecilhas do grupo criminoso estarem entre os detidos; foram efetuadas 50 buscas domiciliárias, de que resultaram apreensões de armas, explosivos, estupefacentes, elevadas quantias em dinheiro e objetos furtados. A investigação permitiu, igualmente, a apreensão de bens da atividade criminosa, tais como bens imóveis e veículos de luxos.

### 2.3.4 CEPOL

Em 2011, a Eurojust contribuiu para 21 ações de formação e aprendizagem da CEPOL. Estas ações incluíram sessões de formação para oficiais superiores de polícia e procuradores sobre equipas de investigação conjuntas (em cooperação com a Rede Europeia de Formação Judiciária) e sobre o papel da Eurojust na facilitação da execução de mandados de detenção europeus, numa perspetiva prática. Em maio de 2011, o Diretor da CEPOL contactou a Eurojust com vista a uma ação conjunta sobre um Módulo em *E-Learning* sobre Cibercriminalidade.

Dada a necessidade de garantir sinergias no funcionamento da formação de procuradores e oficiais de polícia, a Eurojust foi convidada para o Comité do Programa Anual da CEPOL, tendo participado, igualmente, na sede da CEPOL, na Conferência do seu Décimo Aniversário.

### 2.3.5 Responsáveis de Instituições de Justiça e Assuntos Internos

Em 2011, a Eurojust exerceu a presidência do grupo de Responsáveis das Instituições de Justiça e Assuntos

Internos, tendo coordenado o Relatório Final sobre cooperação alargada entre as instituições, em estreita cooperação com a CEPOL, a Europol, o Frontex e a Agência para os Direitos Fundamentais (FRA). A reunião anual de Responsáveis das Instituições de Justiça e Assuntos Internos realizou-se na Eurojust, a 24 de novembro. Foram feitos progressos tanto a nível da cooperação bilateral como da cooperação multilateral. Exemplos de iniciativas multilaterais foram o intercâmbio de catálogos de produtos e serviços, bem como a consulta entre agências sobre programas anuais de trabalho.

Como Presidente do grupo de Responsáveis das Instituições de Justiça e Assuntos Internos, a Eurojust informou o COSI sobre os progressos e as realizações da cooperação interinstituições de Justiça e Assuntos Internos, tendo submetido uma proposta conjunta com o Frontex, para atividades para 2012-2013 (18079/11).

## 2.4 Relações fora da União Europeia

Em 2011, deu-se continuidade ao trabalho de alargamento das possibilidades

de cooperação operacional com Estados terceiros e organizações fora da União Europeia. O acordo de cooperação entre a Eurojust e a Confederação Helvética entrou em vigor a 22 de julho de 2011. A negociação de acordos de cooperação com a Federação Russa, a Ucrânia e o Liechtenstein foi confirmada como prioritária. Deu-se continuidade aos contactos efetuados para explorar a possibilidade de iniciar negociações sobre acordos de cooperação com o Estado de Israel, Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia, Moldávia, Cabo Verde e Turquia. Procedeu-se a avaliações sobre a implementação de acordos de cooperação com a Croácia e a Noruega.

Missões para averiguação de factos, com vista a avaliar a implementação de legislação sobre proteção de dados, foram levadas a efeito na Albânia, Sérvia, Montenegro e Ucrânia. Deu-se, igualmente, continuidade aos contactos para explorar a possibilidade de serem iniciadas negociações sobre Memorandos de Entendimento com a Interpol e o Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO).

A Eurojust prestou, igualmente, apoio a uma reunião do Trabalho de Grupo UE-



EUA. Em particular, contribuiu para a reunião de peritos da União Europeia sobre a implementação de acordos sobre extradição e auxílio judiciário mútuo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, organizada pela Comissão em setembro de 2011. A Eurojust prestou aconselhamento sobre aspetos jurídicos do intercâmbio de informação com os Estados Unidos da América em reuniões de coordenação. Deu-se continuidade ao trabalho de preparação de futuras reuniões destinadas à resolução de questões práticas sobre a cooperação judiciária entre a União Europeia e a Federação Russa.

Face à dimensão global da criminalidade organizada (exemplificada pelo tráfico

de estupefacientes e pelo tráfico de seres humanos para a União Europeia a partir do exterior das suas fronteiras), poderão ser necessárias novas iniciativas. A título exemplificativo, a Decisão Eurojust providencia uma importante ferramenta nova nesta área: a possibilidade de colocação de Magistrados de Ligação da Eurojust em Estados Terceiros, agindo em nome de todos os Estados-Membros. Em 2011, foi apresentado um relatório ao Colégio sobre as competências, as funções, e o estatuto profissional desses Magistrados de Ligação. Tal relatório constitui um importante passo com vista ao envolvimento dos Magistrados de Ligação em causa no trabalho operacional da Eurojust e à contribuição para os critérios a cumprir

nos termos da alínea a) do artigo 27.º da Decisão Eurojust.

Mais uma vez, em reconhecimento da crescente globalização da criminalidade organizada, a Eurojust reforçou os seus laços com a Rede Iberoamericana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRed). Deu-se início a um projeto de melhoria da cooperação prática entre procuradores da Eurojust e da IberRed especializados no tratamento de casos de tráfico de estupefacientes. A Eurojust tem vindo a facilitar a execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo e de extradição submetidos por Estados-Membros na América Latina, e vice-versa, através da sua relação com a IberRed.



## 3 A Decisão Eurojust, futuro e aspetos relacionados com a administração

### 3.1 Implementação da Decisão do Conselho

O objetivo da Decisão do Conselho sobre o reforço da Eurojust, publicada em 2009, é melhorar a capacidade operacional da Eurojust. Só a implementação atempada e eficiente da Decisão Eurojust permitirá fazer uso pleno do potencial desta organização na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional. A adoção de legislação para adaptar o direito interno de 18 Estados-Membros à Decisão deveria ocorrer até junho de 2011. Em finais desse ano, 10 Estados-Membros tinham tomado as medidas necessárias para o efeito.

No mesmo período foram concluídos vários projetos visando a implementação, pela Eurojust, da Decisão. O sistema de Coordenação Permanente (CP) tornou-se

operacional; foram desenvolvidos formulários para uma transmissão facilitada à Eurojust de informação sobre casos relativos a formas graves de criminalidade transnacional, com as consequentes alterações no Sistema de Gestão de Casos (CMS); foram criados os Secretariados da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas e da Rede Genocídio. Realizaram-se reuniões do Grupo de Trabalho Informal sobre a implementação da Decisão da Eurojust com representantes dos órgãos dos Estados-Membros e de órgãos da União Europeia, nas quais os principais temas abordados foram o aumento do intercâmbio de informação e a criação do Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust (ENCS) com o objetivo de reforçar as ligações da Eurojust com os profissionais nacionais. Apresenta-se, a seguir, informação sobre alguns desenvolvimentos da implementação da Decisão.

#### *Coordenação Permanente*

A fim de melhorar o acesso às Delegações Nacionais junto da Eurojust e permitir uma intervenção eficiente, especialmente em casos urgentes e a qualquer momento, foi estabelecida uma Coordenação Permanente. As autoridades judiciais e policiais dos Estados-Membros têm, agora, condições para contactar a Eurojust 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de um número de telefone internacional gratuito (ou um número holandês dedicado).

Um sistema de gestão de chamadas responde e encaminha a chamada para o representante da Coordenação Permanente junto da delegação Nacional. O objetivo do contacto pode, assim, ser efetuado na língua da pessoa que efetua a chamada permitindo uma explicação clara do pedido de

Numa noite de dezembro de 2011, o representante francês da Coordenação Permanente em funções foi contactado por um magistrado nacional. A polícia tinha detido três suspeitos e apreendido material que apontava para ligações criminosas a uma conta bancária sediada no Luxemburgo, na qual estariam depositados cerca de €4 milhões. O procurador nacional pretendia bloquear a conta com caráter de urgência, e precisava de esclarecimentos quanto aos procedimentos adequados a observar por outra jurisdição. O representante fran-

cês contactou o seu colega luxemburguês para a Eurojust, o qual prestou imediato aconselhamento sobre os requisitos jurídicos e de prova a observar para efeitos de uma medida de coação e iniciou contactos com a Unidade de Informação Financeira Luxemburguesa junto do Gabinete do Procurador. A conta foi congelada pela Unidade de Informação Financeira Luxemburguesa à abertura do banco, na manhã seguinte, tendo sido ordenada a respetiva apreensão por um juiz de instrução luxemburguês no decurso desse mesmo dia.

intervenção e a tomada de decisão adequada pelo representante da Coordenação Permanente; já foram recebidas 94 chamadas desde que a Coordenação Permanente foi criada, em agosto de 2011.

#### *Intercâmbio de informação nos termos do artigo 13.º*

De acordo com o artigo 13.º da Decisão Eurojust, as autoridades dos Estados-Membros devem notificar o seu representante nacional para a Eurojust de investigações e procedimentos penais a decorrer relativamente a formas graves de criminalidade transnacional.

Tendo em vista a transmissão estruturada da informação pelos operadores judiciais, a Eurojust desenvolveu um formulário “inteligente” em PDF, redigido em todas as línguas oficiais da União Europeia. Este formulário especifica os tipos de informação a ser enviada, e foi concebido de forma a facilitar as tarefas do utilizador. O formulário encontra-se disponível para as autoridades competentes através das delegações Nacionais. Os formulários preenchidos são enviados para a Eurojust através de canais de correio eletrónico seguros disponibilizados para efeitos de transmissão. A Eurojust publicou uma breve nota sobre a inter-

pretação do artigo 13.º (n.os 5 a 7) no seu [sítio web](#).

A Eurojust encoraja os Estados-Membros a usar este novo instrumento e o formulário a fim de poder prestar um apoio mais efetivo às autoridades judiciais dos Estados-Membros, na luta contra a criminalidade organizada e o terrorismo.

A informação recebida nos termos do artigo 13.º permite à Eurojust detetar ligações a outros casos, incluindo casos em arquivo no CMS, providenciar assistência aos Estados-Membros numa fase precoce e prestar *feedback* operacional às autoridades nacionais. O intercâmbio acrescido de informação deverá aumentar a capacidade da Eurojust para prestar assistência aos profissionais e decisores através de informação sobre obstáculos e boas práticas na cooperação judiciária transnacional.

#### *Melhoria do Sistema de Gestão de Casos*

O software do Sistema de Gestão de Casos foi introduzido em 2004 e visa facilitar o armazenamento seguro de dados sobre tratamento de casos, o intercâmbio de informação entre Membros Nacionais e a análise de tais dados. Deu-se início

a uma série de projetos de implementação das alterações previstas na Decisão Eurojust, dado que o CMS deverá tratar informação adicional sobre pessoas e observar as regras de proteção de dados da Eurojust e a supervisão do Responsável pela Proteção de Dados.

De forma a garantir o intercâmbio adequado de dados relacionados com processos judiciais entre a Eurojust e os sistemas dos Estados-Membros, a Eurojust participou ativamente no projeto de pesquisa European Pool against Organised Crime (EPOC) IV, com o propósito de aprofundar o desenvolvimento do software EPOC para criar um Sistema de Autoridade Nacional (NAS), que permitirá o fluxo de informação entre a Eurojust e os sistemas nacionais de gestão de casos. Os parceiros no projeto EPOC IV são a Bulgária, a França, a Itália, a Lituânia, os Países Baixos e a Eslovénia. Representantes técnicos dos serviços do Ministério Público de 19 Estados-Membros participaram num seminário destinado a promover o NAS. O projeto tem a duração de três anos, de abril de 2009 a março de 2012.

A Eurojust tem vindo a trabalhar num leque de medidas de conexão que per-

mitam facilitar a transmissão segura de dados para o Sistema de Coordenação Nacional da Eurojust (ENCS) nos Estados-Membros. A solução mais apropriada é acordada com cada Estado-Membro, tendo em consideração limitações técnicas e reutilizando conexões já existentes, sempre que possível. As ligações-piloto via s-TESTA e site-to-site VPN na Internet estão a ser testadas atualmente na Bulgária, Hungria, Irlanda, Letónia, Portugal e Roménia. Será assinado um Memorando de Entendimento entre a Eurojust e cada Estado-Membro antes de a ligação ser oficialmente considerada pronta para utilização.

#### *O Sistema de Coordenação Nacional da Eurojust*

Nos termos da Decisão, o ENCS visa reforçar as relações da Eurojust com as autoridades judiciárias e policiais dos Estados-Membros. A Eurojust efetuou várias diligências para fomentar a criação do ENCS, incluindo o reforço da sua relação com os pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia na Task Force Eurojust-Rede Judiciária Europeia e o desenvolvimento de relações com os líderes de Unidades Nacionais da Europol.

A Eurojust desenvolveu, igualmente, o formulário das “fichas suecas” com o objetivo de prestar informação sobre a composição do Sistema Nacional de Coordenação em cada Estado-Membro. O ENCS foi, até ao momento, estabelecido em sete Estados-Membros, quer através de legislação, quer através de despachos, circulares, linhas diretrizes ou outros instrumentos de regulamentação. A Eurojust pretende explorar a possibilidade de criar uma plataforma comum para garantir o diálogo entre os membros do ENCS e, em particular, os correspondentes nacionais responsáveis pelo funcionamento do ENCS e a Eurojust.

Em 2011, foi disponibilizado um documento na [página web](#) da Eurojust sobre as possíveis estruturas e funções do ENCS, bem como o perfil ideal dos correspondentes nacionais para a Eurojust.

### **3.2 Task Force sobre o Futuro da Eurojust**

Apoiada por uma Task Force, a Eurojust deu continuidade à sua reflexão sobre os artigos 85.º e 86.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFEU).

Em maio de 2011, o seminário estratégico *Eurojust: novas perspectivas da cooperação judiciária*, foi organizado sob os auspícios da Presidência Húngara, tendo-se centrado no artigo 85.º do tratado numa perspectiva baseada na prova. Com base em estudos de casos, os participantes refletiram sobre se a atribuição de competências acrescidas tornariam a Eurojust mais eficiente, tendo concluído que os obstáculos encontrados deveriam ser tidos em atenção aquando da implementação de novas possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa. Os vários workshops abordaram as seguintes questões: concessão de competências à Eurojust para iniciar investigações criminais e para prevenir e evitar conflitos de jurisdição com carácter obrigatório; dificuldades encontradas no exercício das funções de coordenação de investigações e procedimentos penais e possíveis medidas para melhorar a coordenação; reforço da cooperação operacional futura com a Europol e o OLAF; possíveis formas de tornar operacionais, na prática, os diferentes mecanismos de avaliação da Eurojust. O relatório do seminário foi publicado como documento do Conselho (14428/11), encontrando-se disponível

no [sítio web](#) da Eurojust documento do Conselho 14428/11.

Atualmente, a Eurojust está a preparar contributos sobre a sua estrutura e avaliações parlamentares para apresentação às partes interessadas, com vista à futura regulamentação da Eurojust e a Procuradoria Europeia (EPPO) em 2013.

### 3.3 Desenvolvimentos administrativos

A Eurojust dispôs de um orçamento de €31,7 milhões em 2011; 95.6% desse orçamento foi executado, tendo sido organizado um total de 7300 transações (compromissos e pagamentos), o que representa um acréscimo de 12% relativamente ao ano anterior.

O pessoal da Eurojust, em 2011, era constituído por 269 pessoas (267 em 2010). Deste número, 42 procuradores, juizes ou oficiais de polícia de competência equivalente foram nomeados pelos Estados-Membros, tendo sido assistidos por 210 funcionários contratados nos termos do Regulamento do Pessoal da União Europeia e 17 peritos nacionais destacados.

#### *Desenvolvimento de ferramentas de planeamento*

As ferramentas de planeamento da Eurojust foram melhoradas no ano em apreço. Foi utilizado um novo modelo de gestão de custos, que relaciona diretamente as atividades aos gastos orçamentais. Ao atribuir custos às Unidades e aos Serviços ao, similarmente, distribuir custos gerais, o novo modelo de custos oferece vantagens significativas na gestão da atividade da Eurojust. Permite-lhe ter a perceção dos custos totais imputáveis a uma Unidade ou um Serviço, comparar os custos de contratação externa de, por exemplo, serviços de segurança por oposição aos custos imputáveis a meios internos, bem como monitorizar as tendências orçamentais e identificar padrões de custos não previstos numa fase inicial. Muito importante é o facto de o modelo de custos permitir, igualmente, a correta identificação da relação entre atividades fundamentais e atividades gerais.

A fim de facilitar a gestão eficiente de recursos, o Relatório Anual de Atividades do Diretor Administrativo (AAR) tornou-se um elemento-chave do ciclo de planeamento estratégico e do ciclo de progra-

mação da Eurojust, sendo concebido para garantir que os recursos são devidamente adequados à prossecução dos objetivos. A informação orçamental e administrativa é regularmente trocada com a Comissão, tendo sido dada continuidade à preparação de um Memorando de Entendimento visando a formalização do intercâmbio pronto e efetivo de informação sobre assuntos orçamentais e administrativos.

#### *Revisão da Estrutura Organizacional*

O enquadramento da Revisão da Estrutura Organizacional foi usado como referência para o apoio administrativo da atividade principal. Foi criada uma Unidade (a Unidade de Análise de Casos, sucessora da Unidade de Gestão de Casos), mais dedicada ao apoio às Representações Nacionais. A revisão de todas as categorias administrativas pretendeu garantir um melhor alinhamento com as necessidades da instituição. Nos desenvolvimentos relacionados com os Recursos Humanos, foram implementados sistemas de informação tendo em vista a monitorização da eficiência dos custos com pessoal e a garantia de uma otimização do equilíbrio entre as necessidades de formação e da atividade da instituição; a Comissão de Pessoal foi con-

vidada a participar no desenvolvimento de procedimentos de recrutamento.

Numa perspetiva generalizada de continuidade da atividade, foram tomadas medidas para desenvolver um Plano de Ação para a identificação de potenciais riscos para a Eurojust. Da mesma forma, os indicadores-chave estratégicos de performance (KPIs) para a medição da qualidade dos serviços, dos peritos e da capacidade organizativa da Eurojust foram incluídos no projeto de Programa de Trabalho Anual 2013, e preparados catálogos de serviços de unidades administrativas disponíveis.

#### *Novas instalações*

Assistiu-se a um considerável progresso quanto à garantia de existência de novas instalações até 2015. A 30 de junho de 2011, foi assinado um acordo de cooperação com o Reino dos Países Baixos visando a disponibilização de um novo edifício para a Eurojust, especificamente concebido para o trabalho operacional, que constitui a sua principal atividade. Um júri composto por membros do Estado anfitrião e da Eurojust, selecionou unanimemente cinco equipas de design para participar na



*Klaus Rackwitz, novo Diretor Administrativo*





*Administração da Eurojust*

fase de adjudicação. Solicitou-se aos candidatos que apresentassem uma proposta de desenho que maximizasse a eficácia de todas as operações com o menor consumo de recursos, tendo sempre presente os valores fundamentais da Eurojust.

### 3.4 Acesso público aos documentos da Eurojust

Os pedidos de documentos da Eurojust nos termos do regulamento de acesso ao público têm vindo a aumentar. Em 2011,

foram recebidos onze pedidos de acesso a documentos da Eurojust: quatro foram recebidos diretamente pela Eurojust e, nos restantes sete casos, a Eurojust foi consultada enquanto parte terceira na sequência de pedidos recebidos por outras organizações.

Dos quatro pedidos que foram diretamente recebidos na Eurojust, dois estavam relacionados com o pessoal e dois respeitavam a investigações ou procedimentos penais em que a Eurojust estava envolvida. Os dois pedidos relacionados com

o pessoal foram satisfeitos integralmente. Os dois pedidos relacionados com casos foram recusados com os fundamentos adiante referidos.

Relativamente aos sete pedidos em que a Eurojust foi consultada enquanto parte terceira, na sequência de pedidos dirigidos a outras organizações, apenas um dos pedidos dizia respeito a casos. Este pedido foi recusado (com base nas razões a seguir indicadas), mas os outros seis casos - relacionados com o acesso a documentos da União Europeia - foram satisfeitos na íntegra.

Os pedidos relacionados com casos (recebidos direta e indiretamente) foram considerados quer caso a caso, quer em relação a documentos específicos, tendo sido recusados por diferentes motivos, a saber: a divulgação seria prejudicial para a proteção da privacidade e integridade de pessoas; para efeitos de proteção do interesse público no que se refere ao cumprimento das funções da Eurojust no reforço da luta contra as formas graves de criminalidade, investigações e procedimentos penais nacionais relativamente aos quais a Eurojust presta assistência; o cumprimento das regras aplicáveis ao



*Chefes de Unidade e de Serviços*

*Da esquerda para a direita: Jacques Vos, Serviços Gerais; Joannes Thuy, Porta-Voz, Imprensa e Relações Públicas; Diana Alonso Blas, Responsável pela Proteção de Dados; Carla Garcia Bello, Secretária do Colégio; Alinde Verhaag, Chefe de Análise de Casos, em exercício; Anna Baldan, Coordenadora do Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas; Klaus Rackwitz, Diretor Administrativo; Catherine Deboyser, Serviço Jurídico; Jon Broughton, Gestão de Informação; Mike Moulder, Orçamento e Serviços Financeiros; Linda Scotts, Recursos Humanos; Matevž Pezdirc, Coordenador da Rede Genocídio; Fatima Martins, Secretária da Rede Judiciária Europeia*

segredo profissional. Outras razões de recusa de acesso prenderam-se com o facto de os documentos serem originários de um Estado-Membros que tinha recusado

a sua divulgação por tais documentos terem sido produzidos para uso interno em relação a uma questão em que a decisão não tinha sido tomada pela Eurojust.

Neste caso, a divulgação seria prejudicial para o processo de tomada de decisão da Eurojust e a divulgação não serviria o superior interesse público.





*Seminário Eurojust, Sofia, Bulgária*



*Seminário Eurojust, Budapeste, Húngria*



*Seminário Eurojust, Roma, Itália*

## 4 Acompanhamento das Conclusões do Conselho

Em 9-10 de Junho de 2011, o Conselho JAI adotou as Conclusões relativas ao nono Relatório Anual da Eurojust (10645/1/11 REV 1). Neste capítulo e à semelhança dos relatórios anteriores, a Eurojust presta informações sobre as áreas relativamente às quais o Conselho formulou recomendações.

Eurojust - RJE	
Elaborar e implementar mecanismos visando o alargamento da cooperação entre a Eurojust e a Rede Judiciária Europeia, em particular no âmbito do Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust e relativamente à comunicação de casos simples à Rede Judiciária Europeia.	A <i>Task Force</i> conjunta Eurojust-RJE foi criada para considerar, entre outras questões, o papel dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia no Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust. Ver ponto 2.2 para mais informações.
Reuniões de coordenação e o envolvimento da Europol e do OLAF	
Promover reuniões de coordenação entre autoridades competentes dos Estados-Membros bem como envolver, sempre que necessário e à luz dos instrumentos jurídicos aplicáveis, outras instituições da União Europeia tais como a Europol ou o OLAF.	Em 2011, assistiu-se a um acréscimo significativo das reuniões de coordenação. A Eurojust organizou reuniões de coordenação no âmbito de 204 casos, tendo a Europol participado em 89 dessas reuniões e o Olaf em 8. Ver, igualmente, o ponto 1.2.2.

Centro Especializado	
Continuar os esforços já envidados no sentido de se tornar um centro especializado em cooperação judiciária na Europa, com vista a contribuir para os debates com outros operadores interessados.	A Eurojust está a desenvolver um conceito de centro especializado para efeitos de facilitação de uma ação judiciária eficaz na luta contra a criminalidade organizada transnacional na União Europeia, atuando como repositório do conhecimento e da experiência institucionais na área da cooperação judiciária em matéria penal.
Uso dos n.os 2 e 3 do artigo 7.º da Decisão Eurojust	
Reportar sobre o uso dos n.os 2 e 3 do artigo 7.º	Embora o Colégio não tenha emitido um parecer escrito não vinculativo nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 7.º, os casos foram resolvidos a nível das Representações Nacionais. Ver os pontos 1.2.8 e 1.2.10 para informação detalhada, respetivamente, sobre conflitos de jurisdição e sobre o mandado de detenção europeu.
Artigos 85.º e 86.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia	
O conhecimento especializado da Eurojust poderá ser tido em consideração em debates sobre a futura implementação dos artigos 85.º e 86.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.	Em 2011, a Eurojust continuou a refletir sobre o seu futuro desenvolvimento nos termos do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, tendo participado ativamente nos debates a nível europeu, com base na sua experiência operacional. A Eurojust está empenhada numa abordagem aos artigos 85.º e 86.º baseada na prática, antes de formular conclusões para o debate sobre a orientação a adotar. Ver ponto 3.2.
Ferramentas estatísticas	
Considerar o futuro desenvolvimento de estatísticas que contemplem distinções país-a país	Ver Anexo I, Gráfico 2.

Equipas de Investigação Conjuntas	
Dar continuidade a ações de formação dedicadas às Equipas de Investigação Conjuntas.	A Eurojust presta apoio às ações de formação na área das Equipas de Investigação Conjuntas organizadas pela CEPOL. Os profissionais especializados partilham as suas experiências, o seu conhecimento e as boas práticas através da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas, contribuindo, igualmente, para a promoção do uso de Equipas de Investigação Conjuntas.
Cooperação com Estados terceiros	
Continuar a prestar assistência no tratamento de casos que envolvam Estados terceiros.	Estados terceiros participaram por 45 vezes em reuniões de coordenação. Ver ponto 1.5 para informação mais detalhada.
Sistema de Gestão de Casos	
Implementar as alterações decorrentes da Decisão Eurojust relativamente ao intercâmbio e à prestação de informação à Eurojust; dar continuidade ao reforço da capacidade de tratar e analisar informação recebida, incluindo análise cruzada de referências; explorar todo o potencial da base de dados da Eurojust, tendo em vista possíveis pedidos de início de investigações ou de instauração de procedimentos penais a Estados-Membros por atos específicos, com base na análise cruzada de referências.	Foi preparado um formulário para transmissão de informação à Eurojust nos termos do artigo 13.º. Em março e abril de 2011 ficou, ainda, concluído um questionário destinado a ajudar a desenvolver o Sistema de Gestão de Casos. Foram identificadas diferentes áreas de reflexão: registo de casos; monitorização de casos; estatísticas; informação e <i>feedback</i> do artigo 13.º; avaliação do tratamento de casos; análise do tratamento de casos; sistema de pastas eletrónicas (gestão documental); meios de comunicação. Estes tópicos serão discutidos individualmente nas reuniões plenárias do Colégio em 2012, para efeitos de orientação na perspetiva do utilizador, para uma avaliação funcional do atual Sistema de Gestão de Casos. Complementarmente, o Colégio adotou uma lista revista de tipos de infrações penais.

Cooperação com a Europol	
Dar continuidade ao trabalho conjunto no âmbito dos instrumentos jurídicos existentes e garantir um elevado nível de proteção de dados.	No ano de 2011 assistiu-se a um acréscimo da cooperação com a Europol relativamente ao tratamento de casos, e a um aumento em 35% no intercâmbio de dados operacionais (911 trocas), através da ligação de comunicações seguras. Ambas as organizações aplicaram princípios de proteção de dados. <i>Ver ponto 2.3.1.</i>
Cooperação com o OLAF	
Manter a parceria privilegiada na luta contra a fraude, a corrupção e outras infrações penais lesivas dos interesses financeiros da Comunidade.	Em 2011, verificou-se um acréscimo da transmissão de informação relacionada com os casos. O OLAF recomendou o início de investigações criminais e a instauração de procedimentos penais pelas autoridades nacionais em cerca de 30 casos, em 2011. Foram comunicados 8 casos à Eurojust, para efeitos de assistência. <i>Ver ponto 2.4.</i>
Cooperação com o Frontex	
Continuar o trabalho desenvolvido no sentido de estabelecer acordos de trabalho formais com o Frontex, através, nomeadamente, do alargamento do intercâmbio de informação.	Na sequência da adoção de um novo Regulamento sobre o Frontex, pretende-se estabelecer um acordo de cooperação que permita o intercâmbio de dados pessoais e operacionais. <i>Ver ponto 2.5</i>

Projeto de Revisão da Estrutura da Organização	
Apresentar os resultados dos projetos sobre a Performance do Colégio e a Revisão da Estrutura da Organização.	A Eurojust continuou a trabalhar na implementação da Revisão da Estrutura da Organização em sete áreas. O projeto <i>Estrutura da Administração</i> foi concluído. Foram feitos progressos significativos relativamente aos projetos <i>Performance e Gestão de Riscos</i> , <i>Cooperação entre a Administração</i> , <i>o Colégio e as Delegações Nacionais</i> e <i>Formação</i> . Está a ser preparado um plano de ação de redução de potenciais riscos para a Eurojust. Com base nos indicadores-chave de performance estratégicos (KPIs), desenvolvidos pela organização, foram incluídos KPI genéricos de medição da qualidade dos serviços da Eurojust, conhecimento especializado, consciencialização e performance organizacional, no projeto de Programa de Trabalho Anual 2013. Os restantes projetos - <i>Delegação de decisões</i> , <i>Gestão do portfolio</i> e <i>Cultura</i> – estão a ser preparados.
Implementação da Decisão Eurojust e Coordenação Permanente	
Dar continuidade à implementação da nova Decisão Eurojust; Rever o Regulamento e criar um formulário padrão, através do qual a informação possa ser transferida e processada pela Eurojust; Elaborar um relatório sobre a implementação das disposições relevantes no próximo relatório anual; Acelerar a criação de um sistema de Coordenação Permanente e intensificar esforços com vista à implementação do mecanismo para facilitação de transmissão de informação sobre tratamento de casos.	O Capítulo 3 aborda a questão da implementação da Decisão do Conselho relativa ao reforço da Eurojust, em particular a Coordenação Permanente, o Sistema de Coordenação Nacional da Eurojust e o artigo 13.º.



*Seminário Eurojust, Cracóvia, Polónia*



*Dia de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, Varsóvia, Polónia: Williams assina a Declaração Conjunta das Instituições de Justiça e Assuntos Internos*



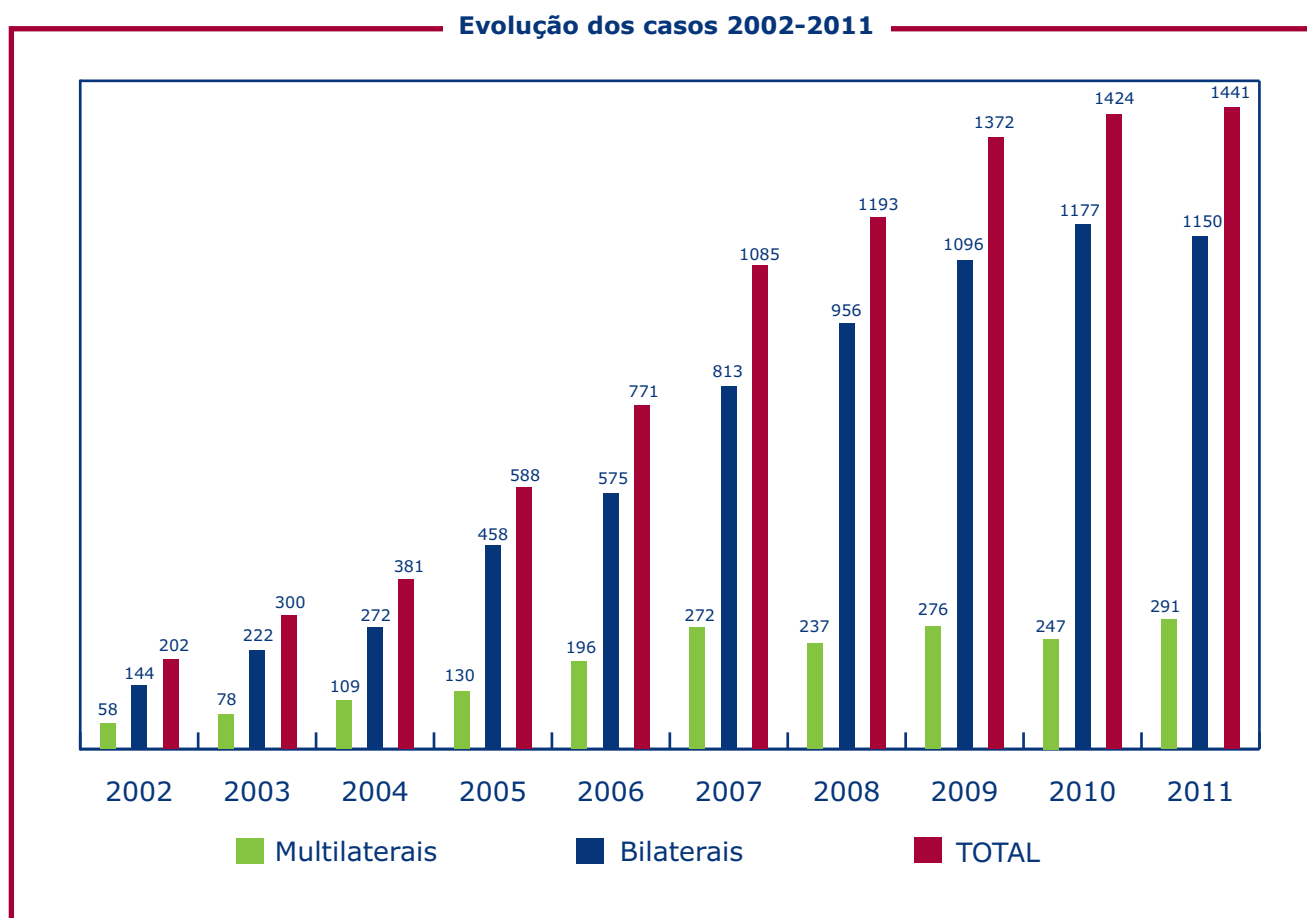
*Reunião de consulta entre a Eurojust e a República da Croácia, Brijuni, Croácia*



# ANEXO

Gráfico 1

Em 2011, a Eurojust registrou 1.441 casos, valor que manteve a tendência ascendente do número de comunicações para assistência efetuada pelos Estados-Membros desde 2002. Cerca de 20% destes casos envolveu três ou mais Estados-Membros.



## Gráfico 2

O gráfico mostra o número de casos bilaterais e multilaterais registados por cada Representação Nacional, em 2011.

Um caso bilateral não significa que esteja em causa uma infração penal menos grave ou que seja necessário um envolvimento da Eurojust em menor grau. Um caso bilateral na Eurojust poderá corresponder a um caso multilateral no Estado-Membro que lhe deu origem.

### Casos bilaterais/multilaterais

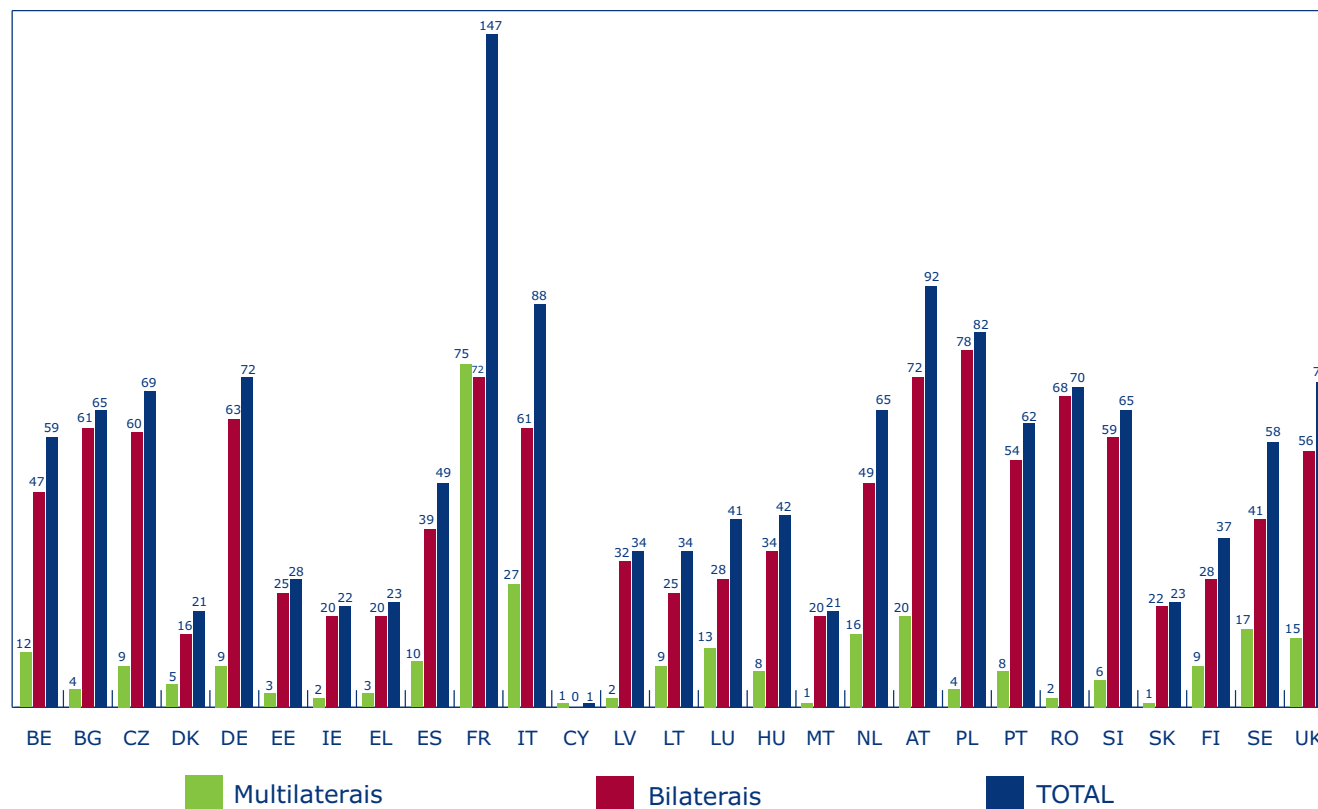
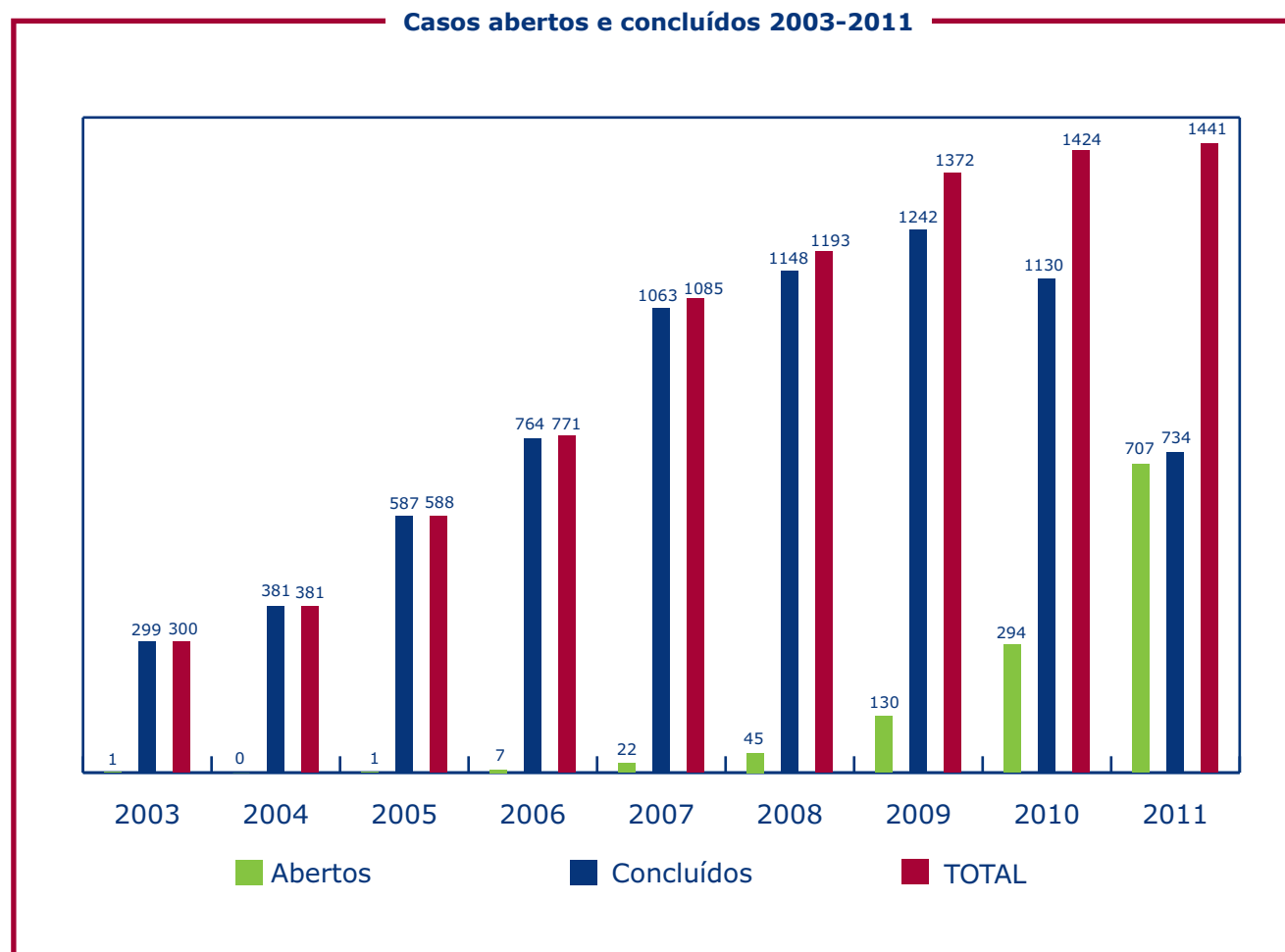


Gráfico 3

O volume de casos das Representações Nacionais é afetado não só pelo número de casos registados num ano, mas também por casos pendentes transitados de anos anteriores. A Eurojust tem um total de 500 casos pendentes transitados de anos anteriores (2003-2010) que ainda requerem atenção e assistência.



## Gráfico 4

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Decisão Eurojust, as competências genéricas da Eurojust cobre os tipos de infrações penais e crimes relativamente aos quais a Europol é sempre competente para agir, bem como outras infrações penais cometidas em conjunto com estes tipos de infrações penais e crimes.

Em relação a outros tipos de infrações, a Eurojust pode, segundo os seus objetivos, prestar assistência em investigações e procedimentos penais, a pedido de uma autoridade competente de um Estado-Membro ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º.

A Eurojust pode, igualmente, a pedido de um Estado-Membro, prestar assistência em matérias ou assuntos de natureza mais geral que não tenham, necessariamente, uma relação direta com o caso operacional pendente, dizendo respeito à legislação interna ou aos procedimentos (casos relativos a questões jurídicas).

### Classificação geral de casos

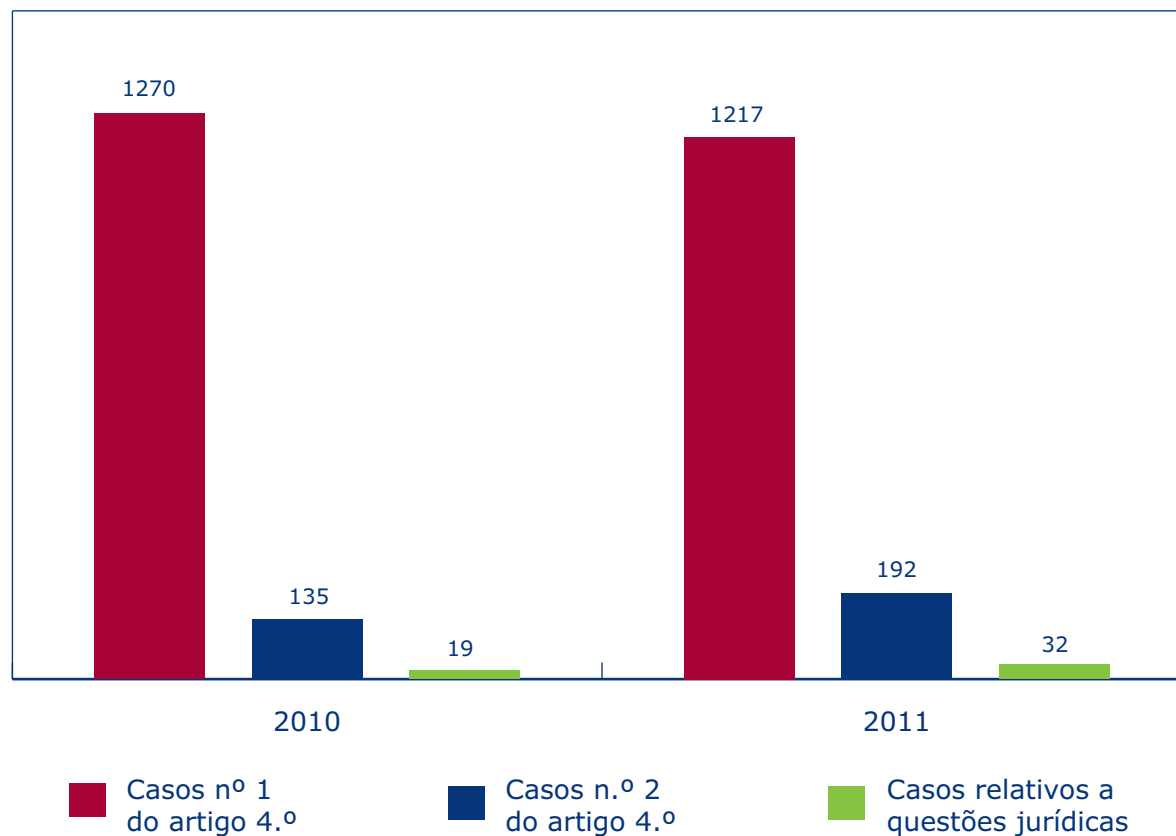
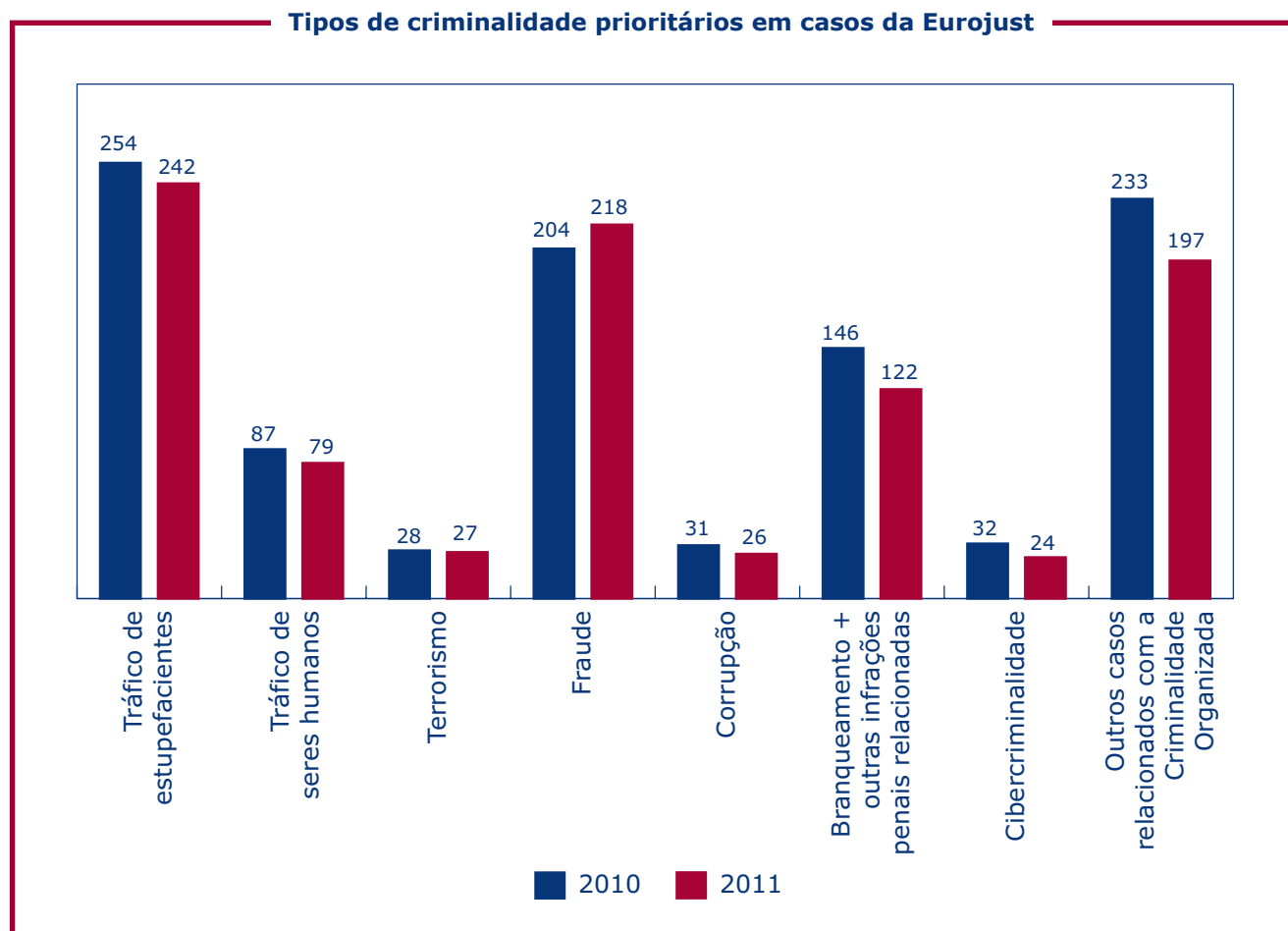


Gráfico 5

As áreas operacionais prioritárias adotadas pela Eurojust em 2010-2011 abrangem o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, a fraude, a corrupção, o branqueamento, a cibercriminalidade e outras atividades relacionadas com a presença de grupos criminosos organizados no seio da economia.

O gráfico reflete o número de vezes que estes tipos de criminalidade foram identificados nos casos registados na Eurojust em 2010 e 2011. Um caso pode abranger mais do que um tipo de criminalidade. Informações complementares constam das secções pertinentes do Capítulo 1.



## Gráfico 6

As áreas operacionais prioritárias adotadas pela Eurojust em 2010-2011 abrangem o tráfico de estupefacientes, o tráfico de seres humanos, o terrorismo, a fraude, a corrupção, o branqueamento, a cibercriminalidade, assim como outras atividades relacionadas com a presença de grupos criminosos organizados no seio da economia.

O gráfico reflete o número de vezes que os tipos de criminalidade, nas áreas prioritárias de criminalidade, bem como outros tipos de criminalidade, foram identificados nos casos registados na Eurojust em 2010 e 2011. Um caso pode abranger mais do que um tipo de criminalidade.

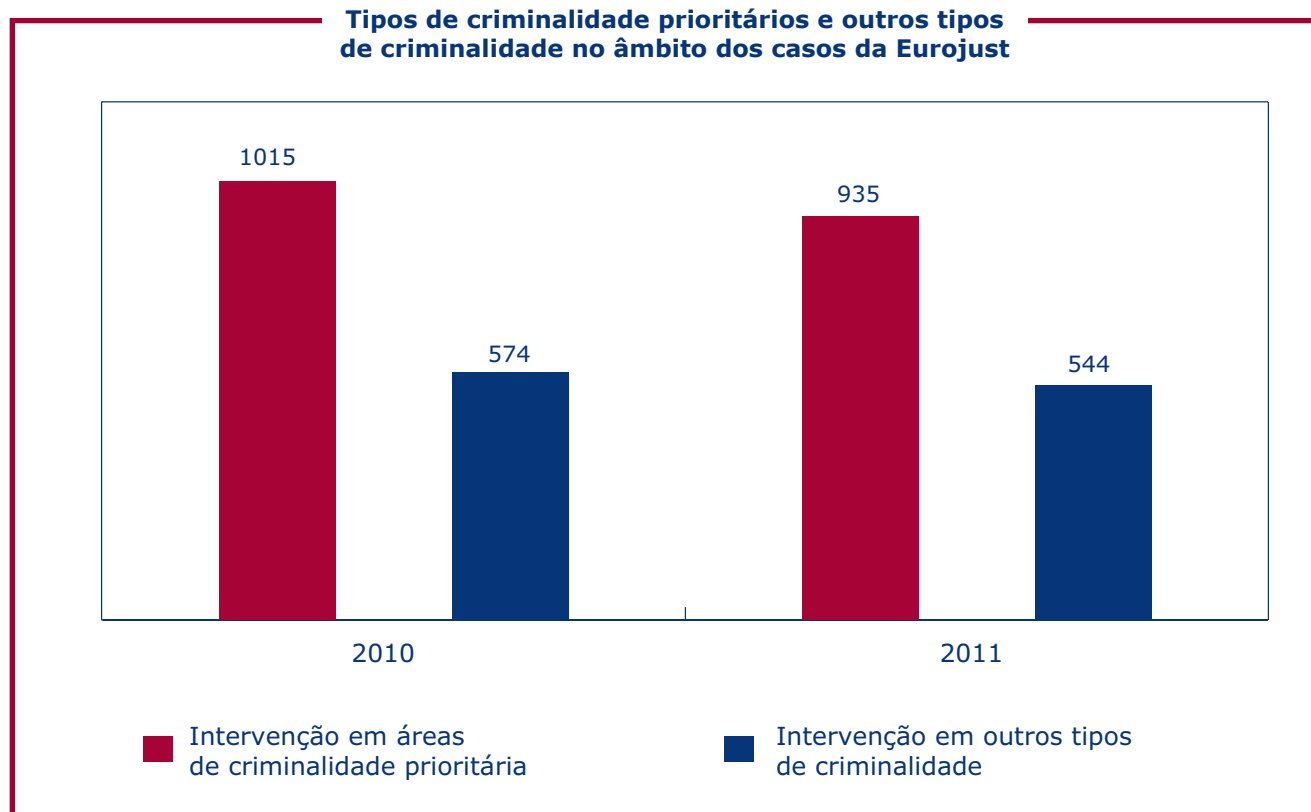
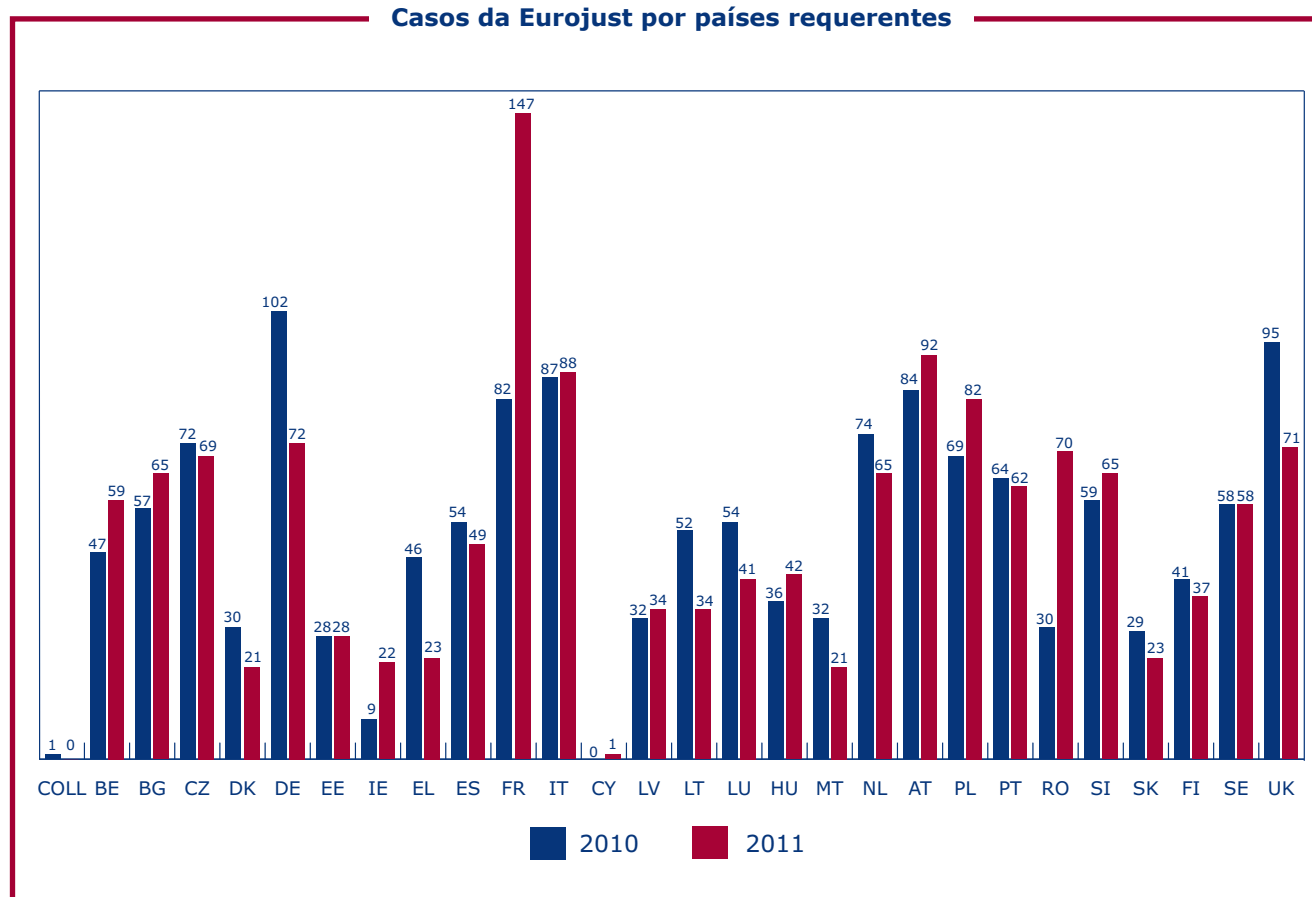


Gráfico 7

O gráfico indica, por Estado-Membro, o número de vezes que a intervenção da Eurojust foi solicitada em 2010 e em 2011.





## Gráfico 8

O gráfico reflete o número de vezes que a assistência das autoridades, em cada Estado-Membro, foi solicitada através da Eurojust em 2010 e 2011.

Casos da Eurojust por países requeridos

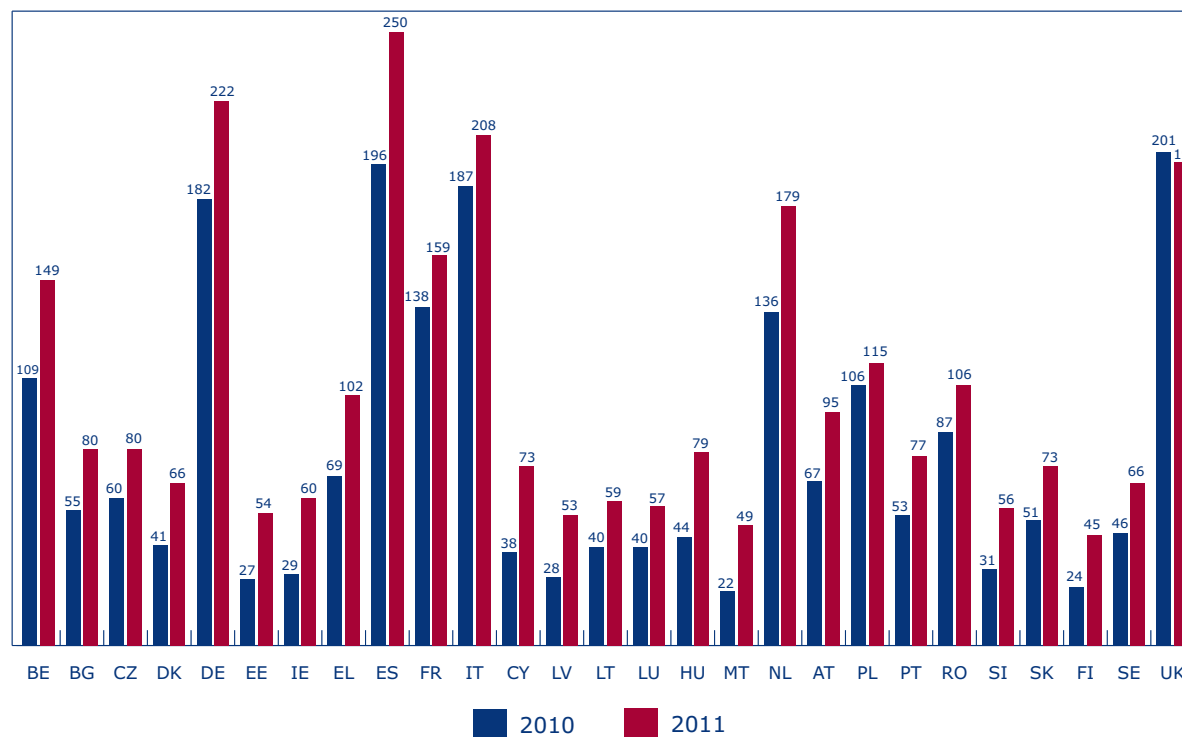


Gráfico 9

O gráfico reflete o número de casos que justificaram a realização de reuniões de coordenação. As reuniões de coordenação são, normalmente, realizadas nas instalações da Eurojust, em A Haia. Em determinadas situações, as reuniões de coordenação também são realizadas fora das instalações da Eurojust, num Estado-Membro ou num Estado terceiro.

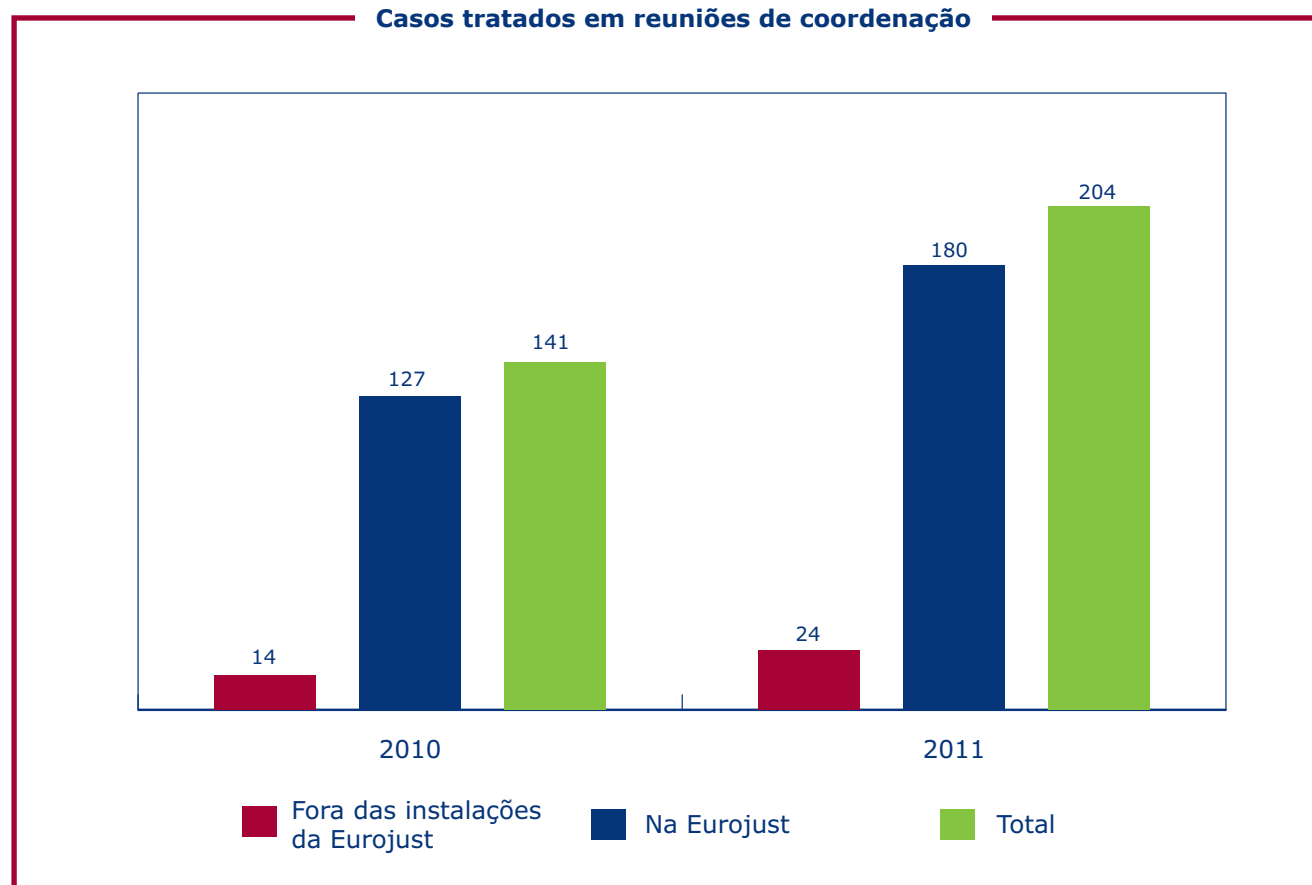


Gráfico 10

O gráfico reflete o número de casos em que se realizaram reuniões de coordenação, a solicitação de um Estado-Membro ou de um Estado terceiro.

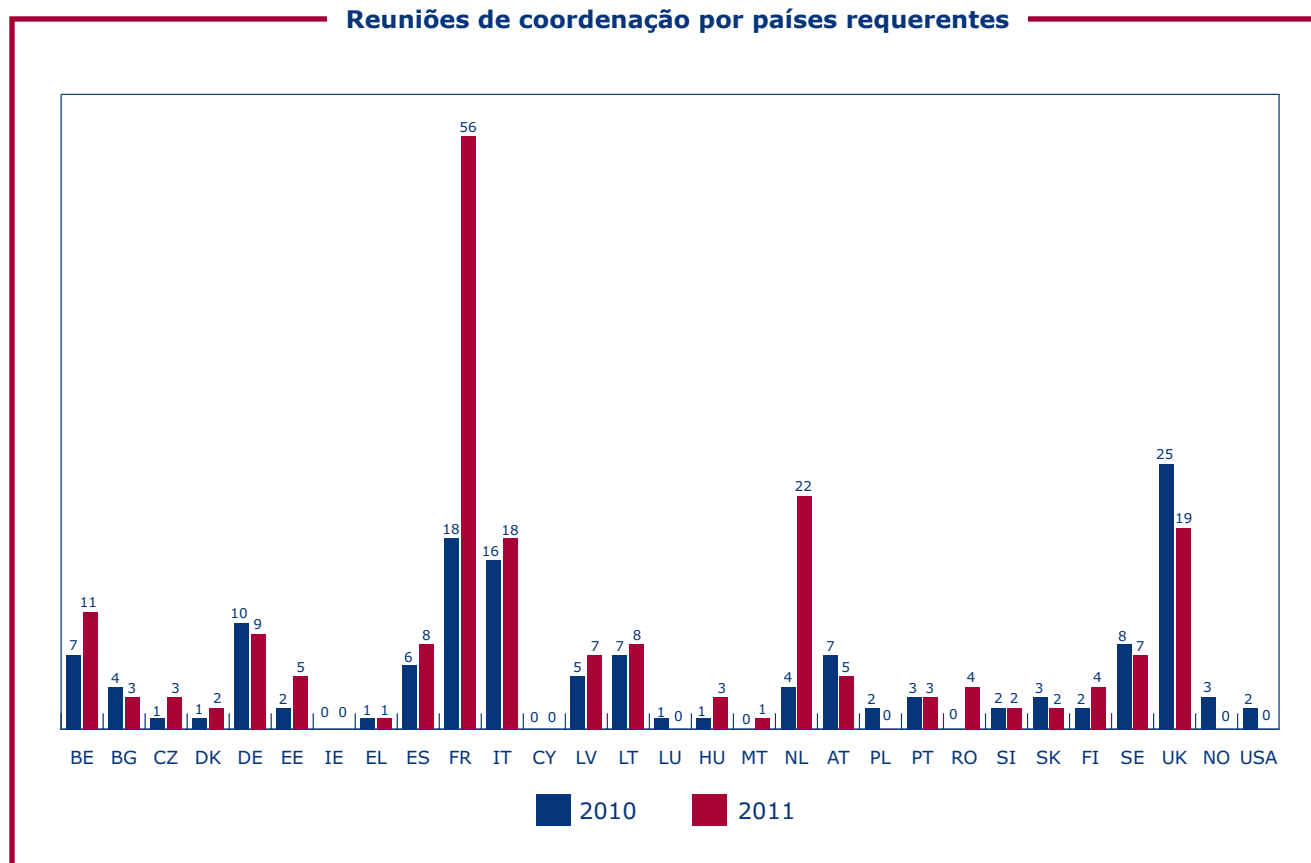
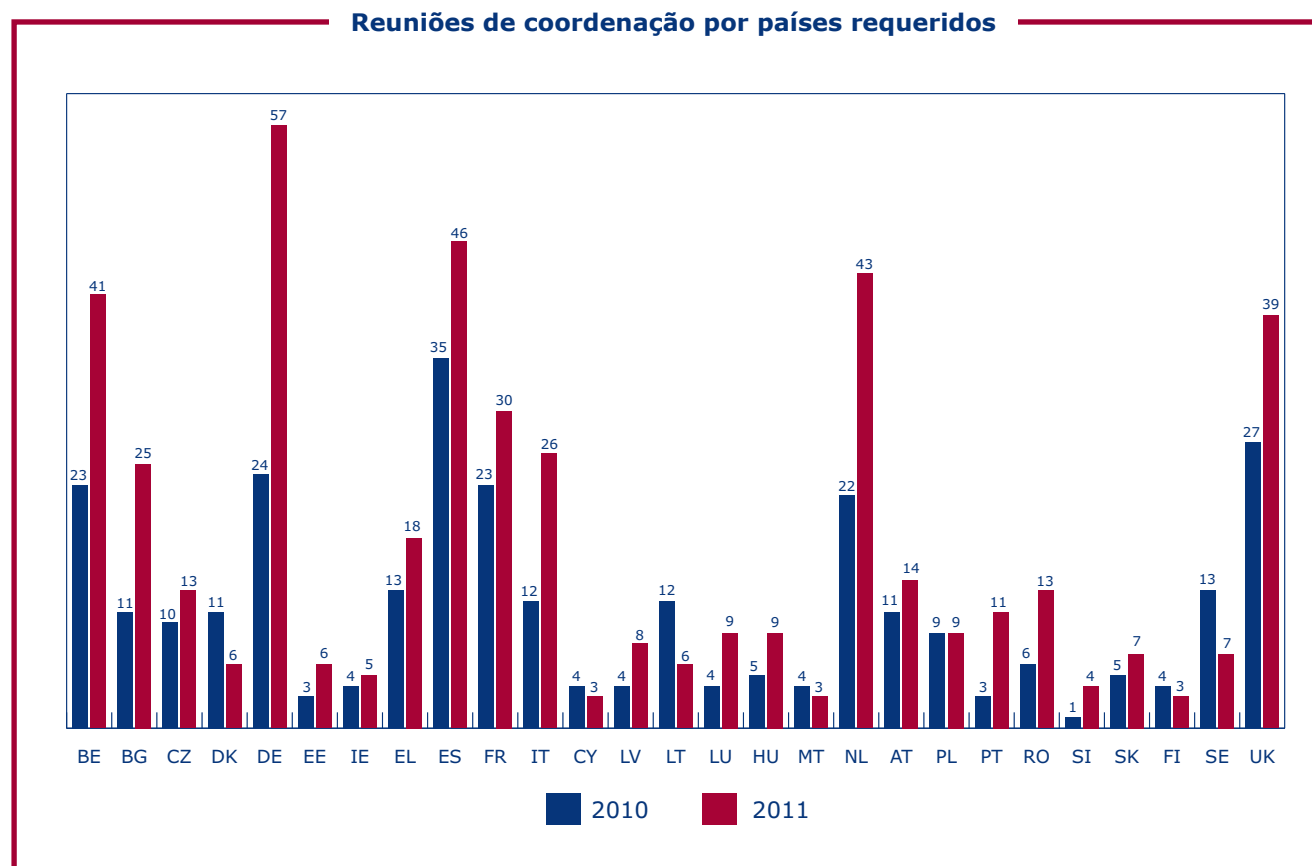


Gráfico 11

O gráfico reflete o número de vezes que as autoridades dos Estados-Membros participaram em reuniões de coordenação da Eurojust após terem sido solicitadas a prestar assistência.





*Edifício Eurojust Haagse Veste 1*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou utilizada, independentemente da forma ou dos meios sejam eles gráficos, eletrônicos ou mecânicos, incluindo a cópia, o registo, a gravação ou sistemas de armazenamento de informações ou de recuperação, sem o consentimento da Eurojust.

Fotografias realizadas por:

Joannes Thuy, Leen De Zutter e Jacalyn Birk, Eurojust  
Michel Mees, A Haia  
Zollkriminalamt, Colónia, Alemanha

© 2012 Eurojust